

UNIVERSIDADE DE SÃO PAULO
FACULDADE DE FILOSOFIA, LETRAS E CIÊNCIAS HUMANAS
DEPARTAMENTO DE GEOGRAFIA

CINTIA CRISTINA SOARES

Caio Prado e a Geografia Clássica:
uma contribuição para pensar a cidade

São Paulo
2015

CINTIA CRISTINA SOARES

Caio Prado e a Geografia Clássica:
uma contribuição para pensar a cidade

Trabalho de Graduação Individual (TGI)
apresentado ao Departamento de Geografia da
Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências
Humanas da Universidade de São Paulo para
obtenção de título de Bacharel em Geografia.

Orientadora: Prof^a. Dr^a. Simone Scifoni

São Paulo
2015

Autorizo a reprodução e divulgação total ou parcial deste trabalho, por qualquer meio convencional ou eletrônico, para fins de estudo e pesquisa, desde que citada à fonte.

AGRADECIMENTOS

À Prof. Dr^a Simone Scifoni, orientadora do meu trabalho de graduação: pela atenção, apoio, paciência e compreensão.

Aos meus amigos e colegas da turma de Geografia, especialmente: Ana Clara, Danilo e Hilda que sempre me motivaram.

À minha família: Heber, Carlos (pai), Júnior e Thiago (irmãos), pelo auxílio em todos os momentos.

E à minha querida mãe, Terezinha, cuja força e serenidade me inspiram nas horas mais difíceis.

RESUMO

SOARES, C. S. Caio Prado e a Geografia Clássica: uma contribuição para pensar a cidade. 2015. Trabalho de Graduação Individual (TGI) – Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas, Universidade de São Paulo, São Paulo, 2015.

Esse estudo pretende abordar o conceito de cidade de Caio Prado Júnior, bem como compreender sua concepção de geografia urbana de forma a discutir a relevância de seu pensamento geográfico e sua contribuição para a reflexão da cidade na atualidade. Para isso, trabalhamos com a discussão bibliográfica de autores que, de um lado, estudaram a obra de Caio Prado e de outro, atualizaram de forma crítica os conceitos geográficos adotados por ele, dando sustentação à análise desse trabalho.

A cidade foi abordada ao longo da história do pensamento geográfico por várias escolas teóricas. No início do século XX a cidade era estudada por meio de sua fisionomia, pela forma como sua paisagem se apresentava para o observador. Ao chegar ao Brasil esse viés foi transmitido e assimilado pela geografia brasileira, sobretudo a escola francesa. Caio Prado ao se aproximar da geografia dialogou com esses intelectuais, mas na medida em que realizava a análise da cidade de São Paulo, se deparou com um paradoxo que não se explicava por meio das abordagens da Geografia Clássica. A partir desse paradoxo, procuramos trazer sua discussão para a atualidade à luz da geografia crítica contemporânea.

Palavras-chave: Cidade, Geografia urbana, São Paulo, Caio Prado Júnior

ABSTRACT

SOARES, C. S. Caio Prado and Classical Geography: A Contribution to Conceiving the City. 2015. Work of Course Conclusion – Faculty of Philosophy, Languages and Literature, and Human Sciences, Universidade de São Paulo, São Paulo, 2015

The aim of this study is to approach Caio Prado Júnior's concept of city, as well as to understand his conception of urban geography in order to discuss the relevance of his geographical thought and his contribution for conceiving the city today. With that in mind, we utilize a bibliographical discussion of authors who, on one hand, have studied Caio Prado's works and, on the other hand, updated his geographical concepts in a critical manner, thus serving as a basis for the present study.

Throughout the history of the geographical thinking, the city has been approached by different theoretical schools. In the beginning of the 20th century, studies regarding the city relied on its physiognomy, i.e., on the way its landscape presented itself to the observer. When this line of thinking arrived in Brazil, it was transmitted and absorbed by Brazilian geography, especially by the French school. As he approached geography, Caio Prado established a dialogue with these intellectuals, but, as he analyzed the city of São Paulo, he faced a paradox that could not be solved with the approached of the Classical Geography. Starting from this paradox, we seek to bring his discussion to our present time in light of the contemporary critical geography.

Keywords: City, Urban Geography, São Paulo, Caio Prado Júnior.

LISTA DE ILUSTRAÇÕES

Figura 1 - Caio Prado em um congresso do PCB em meados dos anos 40	13
Figura 2 - Caio Prado durante ato contra a cassação dos mandatos dos parlamentares comunistas em 1947	15
Figura 3 - Fotografia de Pierre Monbeig	22
Figura 4 - Fotografia dos professores franceses na comemoração da fundação da Faculdade de Filosofia, Ciências e Letras da USP	24
Figura 5 - Representação em aquarela da Serra do Mar dividindo o litoral do planalto. Ao longe é possível notar a vila de São Paulo	31
Figura 6 - São Paulo – Vila Fortificada	37
Figura 7 - Porto geral de São Bento. Nota-se o mosteiro de São Bento tendo em primeiro plano o rio Tamanduateí e a rua 25 de Março	38
Figura 8 - Planta da cidade de São Paulo de 1810, reproduzida em 1841	39
Figura 9 - São Paulo - centro de convergência de caminhos	41
Figura 10 - Mapa da capitania de São Paulo	42
Figura 11 - Etapas da urbanização da cidade de São Paulo	48

LISTA DE MAPAS

Mapa 1 - Mapa da capital de São Paulo – 1877 representação dos rios Tamanduateí e Anhangabaú.....	34
Mapa 2 - Planta da cidade de São Paulo levantada pela companhia Cantareira de esgotos em 1881	35
Mapa 3 - Planta topográfica dos vales do córrego do Anhangabaú e rio Tamanduateí	36
Mapa 4 - Mapa da cidade de São Paulo e seus subúrbios -1844/47 – C. A. Bresser reproduzida em 1918	51
Mapa 5 - Planta da capital do estado de São Paulo e seus arrebaides (1890).....	52
Mapa 6 - Planta da cidade de 1895	53
Mapa 7 - Mapa geral da cidade de São Paulo (1905)	54
Mapa 8 - Planta da cidade de São Paulo e municípios circunvizinhos 1943.....	55
Mapa 9 - Mapa Geomorfológico da cidade de São Paulo	61
Mapa 10 - Planta da cidade de São Paulo, mostrando todos os arrabaldes e terrenos arruados, em 1924	64
Mapa 11 - Área urbanizada (1930-1949).....	65
Mapa 12 - Mapa do planalto paulista	68

LISTA DE TABELAS

Tabela 1 - Distribuição regional de renda interna por setores de atividade - 1939	29
Tabela 2 - Concentração da produção industrial brasileira (participação em %)	29
Tabela 3 - Indústria de transformação: concentração de São Paulo em nível de ramos (%) (1919 a 1949).....	45

SUMÁRIO

INTRODUÇÃO	9
1 MILITANTE, MARXISTA E GEÓGRAFO	13
1.1 O PCB e a militância	13
1.2 O pioneirismo de sua análise marxista.....	16
1.3 A relação com a geografia: um pensamento totalizante	19
2 A CONTRIBUIÇÃO DE CAIO PRADO NA PRODUÇÃO DA GEOGRAFIA URBANA DAS DÉCADAS DE 1930 E 1940	24
2.1 Contexto intelectual e cultural	24
2.2 A geografia urbana de Caio Prado Júnior: um diálogo com a geografia clássica.....	28
2.2.1 O fator geográfico na formação e no desenvolvimento da cidade de São Paulo (1935).....	28
2.2.2 Contribuição para a geografia urbana da cidade de São Paulo (1941).....	48
3 UMA CONCEPÇÃO DE CIDADE EM CAIO PRADO JÚNIOR: ORIGINALIDADE E AMBIGUIDADE	70
3.1 Recuperando o pensamento de Caio Prado sobre a cidade à luz da geografia crítica contemporânea	71
CONSIDERAÇÕES FINAIS	79
BIBLIOGRAFIA	81

INTRODUÇÃO

A obra de Caio Prado Júnior tem sido explorada por diversos autores ao longo dos anos. Entre eles, citamos a coletânea de ensaios *História e Ideal: ensaios sobre Caio Prado Junior*, concebida como uma homenagem à sua vida e obra. Outros autores, como Lincoln Secco e Paulo Teixeira Iumatti, também nos oferecem exemplos de trabalhos sobre a obra de Caio Prado. Além destes, foram escritos dissertações de mestrado, artigos e, inclusive, uma dissertação monográfica de Trabalho de Graduação Individual do Departamento de Geografia da FFLCH-USP.

Portanto, inúmeros trabalhos já foram realizados sobre a obra desse autor. Contudo, o objetivo que aqui se faz presente não é o de repeti-los, mas, antes, de tentar resgatar, a partir da definição de cidade do autor, uma contribuição para a geografia urbana. No entanto, não temos a pretensão de afirmar verdades, pois sabemos de nossa limitação, sendo este trabalho mais um processo de aprendizado necessário à nossa formação.

Com isso, pretendeu-se analisar a contribuição de Caio Prado para os estudos da geografia urbana a partir de seus textos sobre a cidade de São Paulo, bem como compreender sua concepção de cidade.

Os textos da análise são dois artigos que tematizam a cidade de São Paulo: *O fator geográfico na formação e no desenvolvimento da cidade de São Paulo (1935)* e *Contribuição para a geografia urbana da cidade de São Paulo (1941)*. Ambos publicados pela Editora Brasiliense, com o título *A cidade de São Paulo: geografia e história*¹.

A finalidade deste trabalho foi tentar compreender qual geografia urbana Caio Prado fazia nos anos de 1930 a 1940 para, assim, tentar revelar uma concepção de cidade do autor. Desse modo, buscou-se estudar seu conceito de cidade, tendo em vista identificar a relação de sua interpretação com o contexto cultural de sua época e com a produção intelectual de outros autores que lhe são contemporâneos; além disso, buscou-se discutir a relevância de sua leitura para os estudos geográficos, sobretudo, referentes aos estudos de Geografia Urbana, de forma a aprofundar a produção do conhecimento e, assim, desvendar sua contribuição para o modo como pensamos a cidade hoje.

Nascido em 1907, numa família tradicional de São Paulo, formou-se em Ciências Jurídicas e Sociais na Faculdade de Direito do Largo São Francisco. Foi historiador, político e ativista político. Intelectual influente, desenvolveu obras sobre a compreensão do processo de

¹ 2^a edição, 1989.

formação histórica do Brasil. Considerava-se um geógrafo. Em razão disso, estabeleceu um vínculo com a AGB, não apenas como um sócio, mas como participante ativo imbuído na produção geográfica brasileira, como apontam Iumatti (2007), Secco (2008), Ab'Saber (198), Abreu (1994), entre outros. Amigos geógrafos como Pierre Deffontaines e Pierre Monbeig reforçaram sua ligação com a geografia e influenciaram seus estudos. Além disso, a relação que estabelecia entre história, geografia e economia tinha como finalidade apreender uma totalidade, o que lhe conferia um caráter interdisciplinar na produção do conhecimento. Deste modo, sua obra se mostra específica, pois contribuiu à renovação do pensamento geográfico por ultrapassar o limite dos cânones e possibilitar, conforme os termos de Santos (1989, p.419), um “salto qualitativo” à renovação do pensamento geográfico.

Nosso interesse pelo tema se justificou, também, pela contribuição e o pioneirismo da análise marxista sobre o Brasil por ele desenvolvida, pois, segundo Secco (2008, p 37) Caio Prado “[...] foi capaz de combinar suas leituras de Marx com a vivência e a compreensão do Brasil”.

Além disso, nosso interesse em estudar o conceito de cidade e a geografia urbana de Caio Prado se deve ao fato de que, entre as décadas de 1930 e 1940, predominava na ciência geográfica brasileira a escola francesa. Naquele período, o método utilizado era o monográfico, que tinha como expoente Pierre Monbeig.

Nesse sentido, podemos questionar o que é cidade na visão do autor. Muitos geógrafos buscaram uma definição de cidade ao longo da história do pensamento geográfico. De acordo com Ana Fani Carlos (2009), para alguns, a definição de cidade relacionava-se a seu caráter funcional; para outros, aspectos econômicos, políticos e sociais estavam ligados à existência da cidade.

Ao traçar um panorama da história do pensamento geográfico sobre a cidade, Carlos (2009, p. 68) comenta algumas definições de cidade, apontando que:

Para Ratzel uma cidade é uma reunião durável de homens e habitações humanas que cobre uma grande superfície e se encontra no cruzamento de grandes vias comerciais. Já para Wagner, as cidades serão pontos de concentração do comércio humano. Para Brunhes, existe cidade toda vez que a maioria de seus habitantes emprega o seu tempo no interior da aglomeração. Em Bobeck a cidade se reconhece como uma aglomeração fechada de uma certa importância e onde se leva uma vida urbana. Von Richtofen define cidade como um agrupamento cujos meios de existência normais consistem na concentração de formas de trabalho que não são consagradas à cultura, mas ao comércio e à indústria. Em Sombart, cidade se define como uma aglomeração de homens dependendo dos produtos do trabalho exterior. Em Sorre, a cidade também aparece enquanto aglomeração de homens mais ou menos considerável, densa e permanente, altamente organizada, geralmente independente para sua alimentação do território sobre o qual se desenvolve e implicando, para sua existência, uma vida de relações ativas necessárias à

manutenção de sua indústria, de seu comércio e demais funções. Finalmente, para Pierre George as cidades são formas de acumulação humana e de atividade concentradas, próprias a cada sistema econômico e social, reconhecidas a partir de fatos de massa e arquitetônicos.

Na visão de Carlos (2009, p.70), “pensar a cidade significa refletir sobre o espaço urbano”. Nessa lógica, o urbano é produzido e reproduzido historicamente, explica Carlos (2009, p 71), “[...] é ao mesmo tempo realidade presente e imediata [...]. Assim, o urbano se produz continuamente a partir do desenvolvimento desigual de relações sociais baseadas em dominação e subordinação, aparecendo, nesse sentido, como obra histórica. Em razão disso, não pode haver separação entre cidade e espaço urbano. Nesse aspecto, a cidade é concebida como “[...] trabalho social materializado, objetivado, que aparece na articulação do ‘construído e o não construído’ de um lado, e do movimento de mercadorias, pessoas e ideias, de outro”.

Com efeito, o recorte desta pesquisa foi a discussão sobre o urbano na cidade de São Paulo. A partir desse recorte, a pesquisa foi dividida em três partes: em primeiro lugar, explicitar Caio Prado como militante, marxista e geógrafo; em segundo lugar, analisar a produção da geografia urbana entre anos 1930 e 1940 no Brasil; em um terceiro momento, evidenciar a realidade socioespacial da cidade de São Paulo no período entre 1930 e 1940 na própria obra do autor para, por fim, refletir sobre sua contribuição para pensar a cidade hoje.

Na primeira parte, trabalhamos com os autores Secco (2008), Iumatti (2007), Ricupero (1997), Cândido (1989), Ab'Saber (1989) e Santos (1989), entre outros autores da obra *História e Ideal*, para entender a relação de Caio Prado com a geografia e a questão de sua interpretação totalizante, bem como examinar o pioneirismo de sua análise marxista para pensar o Brasil e, além disso, traçar um contexto de sua trajetória como militante político do PCB.

Na segunda parte, partimos para uma breve análise da produção da geografia urbana dos anos 1930 e 1940, buscando uma relação entre essa produção e o pensamento de Caio Prado sobre a cidade. Nessa parte, para a compreensão da construção do pensamento desse autor sobre a cidade, nos apoiamos em Abreu (1994) e Goldestein e Seabra (1982).

Na terceira parte, trabalhamos com o documento principal: o livro *A cidade de São Paulo: geografia e história* de Caio Prado Júnior, para compreender a geografia urbana que o autor fazia naquele período e procurar chegar ao conceito de cidade.

Por fim, a pesquisa pretendeu, a partir da concepção de cidade do autor, desvendar uma contribuição para pensar a cidade hoje, estabelecendo um diálogo com as autoras Carlos (2009) e Damiani (2004).

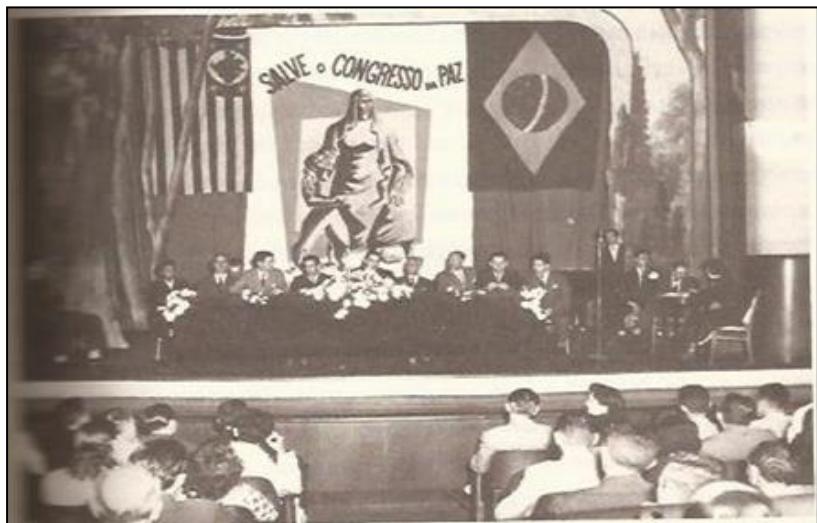
1 MILITANTE, MARXISTA E GEÓGRAFO

Para explicitar Caio Prado Júnior como militante, marxista e geógrafo é necessário entender sua relação com a geografia e a questão de sua interpretação totalizante, bem como examinar o pioneirismo de sua análise marxista para pensar o Brasil. Além disso, é importante também traçar um contexto de sua trajetória como militante político do PCB.

1.1 O PCB e a militância

Caio Prado sempre foi um intelectual militante (Figura 1). Após se filiar ao PCB, Partido Comunista do Brasil, (de 1962 em diante passou a Partido Comunista Brasileiro) manteve-se fiel ao partido. Entretanto, sua relação com o partido era tensa, pois havia divergências. Essas divergências vinham, sobretudo, de sua ideia formulada a respeito de dois aspectos do passado brasileiro, cruciais para a caracterização do presente. Tais concepções o levariam a entrar em conflito com o próprio partido ao qual pertenceu durante muitos anos. Essas teorias são: a teoria do sistema colonial e a afirmação a respeito da ausência de um passado feudal no Brasil (GORENDER, 1989). Segundo Secco (2008, p. 49), apesar de a relação ser conflitante, sua divergência com o PCB estava muito mais localizada na leitura do passado e nas alianças de classes para a conservação daquele objetivo. Mesmo com as divergências, o PCB o tolerou porque “ele era um grande intelectual, o mais respeitado do Partido nos meios exteriores”, todavia, tal reconhecimento se ampliaria após a “publicação de suas obras históricas mais significativas nos anos 40”.

Figura 1 - Caio Prado em um congresso do PCB em meados dos anos 40



Fonte: IUMATTI, 2007, p. 87. Acervo do IEB.

Sua postura ia contra a transposição mecanicista do marxismo empregada pelo PCB em razão de buscar, na análise da realidade concreta, aprofundar a filosofia marxista de acordo com a particularidade brasileira. Entretanto, o marxismo de Caio Prado não deve ser idealizado, pois ele “era um comunista com todo peso ‘ontológico’ que a palavra carregava” (SECCO, 2008, p. 41).

Apesar das contradições que marcaram sua relação com o partido, conforme assinalado, manteve-se filiado a ele. As razões de se manter no partido comunista estariam ligadas a sua compreensão da existência de “[...] uma relação proporcional entre a miséria moral e cultural da população e o baixo nível político das elites dominantes”. Nesse sentido, sua filiação se realizou atrelada a uma tradição de concepção intelectual de defesa das classes desprovidas. Entretanto, não pretendia uma ruptura com sua classe, filiando-se “muito mais a uma tradição de contestação intelectual”. Em razão disso, propunha uma revolução meramente capitalista (SECCO, 2008, p. 47).

Quando esteve preso, escreveu dois diários políticos com notícias do cotidiano e colagens de recortes de jornais, além de ensaios.

Permaneceu no PCB, mas, destaca Secco (2008, p. 63):

[...] com independência de pensamento que provinha mais da observação e do estudo da realidade brasileira do que de uma condição simplesmente pessoal. Era o fruto da união da geração de intelectuais que redescobria o Brasil e da vinculação daquela redescoberta com o proletariado. Estava além, nesse sentido, tanto de seus pares intelectuais quanto de seus pares de militância.

No período em que foi parlamentar criou alguns projetos, dentre eles um levantamento aerofotogramétrico do Estado de São Paulo, revelando seus conhecimentos geográficos do Estado e expondo vários levantamentos já feitos. Entre outros objetivos, estava o de conhecer as reais dimensões das propriedades rurais. O desconhecimento dificultava um planejamento do Estado e mesmo uma reforma agrária estadual (SECCO, 2008).

Sua experiência política, como parlamentar, reforça seu posicionamento de aliança com sua classe e de um marxismo que não buscava rupturas, uma vez que pensava a política como um exercício que deveria partir da classe dominante. Criticava os representantes da política brasileira por não defenderem interesses de classes e o fato de buscarem apenas interesses pessoais ou de clientela, pois para ele, a burguesia podia assumir o papel de classe dominante no âmbito de uma sociedade capitalista, mas o exercício de seu domínio deveria ocorrer em instituições mais organizadas e aperfeiçoadas “[...] a fim de que um domínio mais

sofisticado das classes superiores garantisse um espaço de educação política e de direitos de cidadania para as classes de baixo" (SECCO, 2008, p. 79).

Porém, sua fase constituinte foi relativamente breve, uma vez que seu mandato foi cassado junto com os mandatos do partido comunista. Caio Prado participou ativamente na campanha contra o processo de cassação dos mandatos parlamentares comunistas (Figura 2).

Figura 2 - Caio Prado durante ato contra a cassação dos mandatos dos parlamentares comunistas em 1947



Fonte:bndigital.bn.br/projetos/expo/caioprado/ativistapcb.htm. Acesso : 03/07/2015.

Sua experiência constituinte, entretanto, foi muito importante para sua biografia e para seu partido. Com a cassação dos mandatos, segundo Secco (2008), ficou preso por três meses, dedicando-se, a partir de então, aos estudos filosóficos, as revistas *Fundamentos* e *Brasiliense* e as viagens pelo Brasil.

Após a prisão de 1948, percebeu que uma democracia burguesa plena no Brasil era inalcançável. A partir daí, passou a lutar por outros meios, aprofundando o conhecimento econômico e filosófico do marxismo entre os comunistas para tornar mais sofisticada a

análise que faziam da realidade brasileira, uma vez que a teoria marxista era incipiente entre eles por haver uma transposição mecânica para a nossa realidade de teorias pensadas fora do sistema cultural brasileiro. Assim, diferentemente da tradição intelectual pobre do PCB “[...] partiu desde cedo em busca de interpretar sem copiar” (SECCO, 2008, p. 87-89).

1.2 O pioneirismo de sua análise marxista

Quando ainda imperava entre os marxistas um arcabouço conceitual e teórico da época stalinista, privilegiando a ortodoxia de esquemas abstratos para reforçar um determinismo econômico claro, central, uno e universal. Já em 1933, ousava Caio Prado Júnior, como um aspirante do partido comunista, sugerir mudanças no modo como se interpretava o processo histórico brasileiro. (SILVA DIAS, 1989, p.379).

O pioneirismo de sua análise marxista deve-se ao fato de ter conciliado as leituras de Marx com a realidade brasileira, nacionalizando, assim, o marxismo. Desenvolveu um marxismo próprio, concebendo-o como método, tornando-o uma ferramenta capaz de entender a formação social brasileira. Nesse contexto, publicou a primeira análise marxista da história brasileira: *Evolução Política do Brasil: ensaio de interpretação materialista*. Tal análise foi considerada a primeira interpretação marxista sofisticada da história brasileira (SECCO, 2008).

Para entender a relação de Caio Prado com a teoria marxista e com os comunistas brasileiros é necessário ressaltar sua ligação com o concreto, pois antes mesmo de ter tido proximidade com o marxismo, foi a sua inclinação em desvendar as especificidades brasileiras que o teria levado ao desejo de interpretar a realidade do Brasil. Nesse sentido, Secco (2008, p. 25), afirma que “[...] ele não apreendeu um método antes do conhecimento do real para aplicá-lo”.

Em razão de a teoria dialética estar no centro das discussões entre os marxistas brasileiros, sobretudo no espaço acadêmico, o autor preocupou-se com a formalização dessa teoria. Discussão que se iniciara na Europa por conta do suposto determinismo econômico existente em diversas bases marxistas. Por conta disso, o marxismo foi renovado por muitos intelectuais que recolocaram temas filosóficos na agenda marxista. Sua intenção era encontrar um método marxista rejeitando as transposições mecanicistas de teses marxistas ou leninistas para o Brasil, fundamentando-se no universalismo da teoria marxista para concebê-la como uma ferramenta de caráter universal que permitiria o conhecimento da realidade brasileira, para a qual não havia sido pensada. Desse modo, encontrava o universal no singular (SECCO, 2008).

No intuito de reformar o marxismo, o autor buscou atualizá-lo com as conquistas recentes das ciências exatas e com a filosofia por julgar que as ciências humanas não tinham alcançado tal grau de formalização. Com base nisso, em 1952, publicou o livro *Dialética do Conhecimento*, que trata de linguagem e lógica formal, metafísica, matemática e história da dialética. Entretanto, seus conhecimentos não contribuíram com uma inovação sobre o tema, baseando-se apenas em um “positivismo centrado em psicologias comportamentais”² (SECCO, 2008, p. 97).

Questionou a obra *Dialética da Natureza*, de Friedrich Engels, contrariando dogmas do marxismo soviético, pois, para ele, o “significado de uma dialética da natureza só pode se referir a uma natureza histórica (objeto do conhecimento humano), e não a uma natureza meramente natural” (SECCO, 2008, p. 98).

Caio Prado dava prioridade ao acontecer conjuntural e a sua análise. Segundo Gorender (1989), por ter sido influenciado pelo positivismo lógico, concebeu a ideia de que havia apenas processos e relações, configurando um relacionismo na formulação da dialética. Diante disso, argumenta Secco (2008, p. 99): “Haveria nele um “relacionismo” que explicaria também seu “circulacionismo” na história econômica, sem ênfase devida nas forças produtivas”.

Ainda sobre a argumentação filosófica de Caio Prado, Secco (2008, p. 99), explica que, para ele:

Os elementos de um conjunto existem no conjunto como entes relacionados que adquiriram novas funções e significados. Não deixam de ser elementos, mas só podem ser considerados em função de determinadas relações. Isolados, os fatos significam algo diferente do sentido que têm no sistema. Ocorre que fatos nunca estão isolados, salvo na mente do observador, que pode separá-los analiticamente. Portanto, o valor dos fatos é sempre sistêmico e obtido pelas relações em que se inserem.

Bernardo Ricupero (1997) também nos ajuda a entender o pioneirismo da análise marxista de Caio Prado, sobretudo como ele procurou aproximar o marxismo da realidade brasileira, pois, “[...] ao conseguir traduzir o modo de abordagem da teoria marxista às condições de uma experiência histórico-social específica [...]”, brasileira, nacionalizou o marxismo, destacando-se em relação aos marxistas brasileiros em sua totalidade. (RICUPERO, 1997, p. 29).

Inaugurou, a partir da década de trinta, uma nova forma de entender o Brasil, juntamente com Gilberto Freire e Sérgio Buarque de Holanda, o que justifica a relevância de

² J. A. C. Pinto, 2007 apud SECCO, 2008, p. 97.

estudar a sua obra. (RICUPERO, 1997). O contexto sociocultural dos anos vinte e, principalmente, com a Revolução de 1930, ecoava novas ideias no país, favorecendo as abordagens desses autores. A partir desse momento, Caio Prado inauguraría um novo método de interpretação, o “materialismo histórico”. Desse modo, “garantiria seu lugar no panteão dos grandes interpretes do Brasil [...]” (RICUPERO, 1997, p. 22).

Segundo Ricupero (1997), boa parte do interesse pela obra de Caio Prado provém, especialmente, de sua relação com o marxismo. Isso principalmente em razão de o historiador ter sido capaz de trabalhar como poucos no Brasil o método marxista no estudo de um objeto particular, a experiência histórico-social brasileira. Conseguiu, dessa forma, ser original ao analisar essa experiência; condição que acaba mesmo por distanciá-lo da maior parte dos outros marxistas, que foram incapazes, em sua maioria, de compreender as especificidades da formação econômico-social brasileira.

Assim, ao ““nacionalizar” o marxismo”, isto é, ao traduzir o modo de abordagem da teoria marxista às condições específicas de uma experiência histórico-social, no caso, a experiência brasileira, Caio Prado se destaca em relação a outros marxistas brasileiros que, até recentemente, não conseguiram, em grande parte, realizar uma reflexão original sobre o Brasil (RICUPERO, 1997, p. 29).

A tese de Ricupero (1997, p. 30), referente ao marxismo de Caio Prado aponta que:

[...] iniciativas como as de Caio Prado, de buscar, por meio de uma abordagem marxista, compreender a especificidade brasileira, tornam possível tanto utilizar o marxismo como uma importante ferramenta teórica para entender o Brasil, como demonstram a capacidade que tem essa teoria de explicar sociedades as mais diversas. Ou seja, há, na obra de Caio Prado Jr., duas dimensões principais – uma ligada à teoria marxista e a outra à realidade brasileira – que se aproximam devido ao sucesso que teve em utilizar o materialismo histórico na análise de nossa formação econômico-social.

Assim, na interpretação de Ricupero, boa parte do interesse pela obra do autor proveria precisamente de sua associação com o marxismo, principalmente por ter sido capaz de utilizar o método marxista no estudo da experiência histórico-social brasileira, mostrando dessa forma, originalidade ao analisar essa experiência e compreendendo, assim, as especificidades da formação econômico-social do país.

A especificidade do marxismo de Caio Prado pode estar ligada a seu interesse pelo conhecimento do meio físico e pelo estudo do concreto. Nesse aspecto, Antônio Cândido nos ajuda a desvendar uma de suas características: a ênfase dada ao concreto em suas análises. Qualidade, segundo Cândido (1989), que teria amadurecido em 1942, momento em que se

torna um estudosos estreitamente vinculado ao concreto pelo conhecimento do meio físico. Período esse em que deixou de lado a tradição, que até aquele momento predominava de forma idealizada, para fundar com solidez “uma história marxista, aberta, e atenta ao real, sem esquemas nem imposição de prejulgamentos” (CANDIDO, 1989, p. 26).

Octávio Ianni (1989), ao tecer uma análise sobre a obra de Caio Prado, nos ajuda a entender mais sobre a forma pioneira como Caio Prado trabalhou o marxismo nos estudos sobre o Brasil.

Segundo Ianni (1989, p. 73), a interpretação dialética do Brasil foi inaugurada por Caio Prado, cuja originalidade e influência, “institui toda uma corrente não só da historiografia, mas do pensamento brasileiro”, tornando-se, assim, notória a importância dessa interpretação para o conjunto das ciências sociais. Além disso, ao ser complementada e desenvolvida por contribuições contemporâneas e posteriores a ela, muitas controvérsias foram levantadas, fato que expressa ainda mais a sua originalidade e influência.

Entretanto, Caio Prado não desenvolveu sua estrutura de pensamento de maneira isolada. Sempre buscou de forma crítica contribuições de trabalhos contemporâneos ou anteriores ao seu. Em razão disso, sua formação teórica, observa Ianni (1989, p. 75), teve como base:

[...] um convívio contínuo com o pensamento dialético de inspiração marxista. A sua maneira de lidar com os fatos, em termos de relações, processos e estruturas, denota essa sensibilidade intelectual. A capacidade de localizar e explicar as diversidades, desigualdades e contradições sociais comprova a acuidade da sua reflexão dialética. Além disso, contam-se os seus escritos sobre a própria lógica dialética.

Assim, para Ianni (1989, p. 78), Caio Prado realizou uma interpretação dialética da realidade brasileira que “adquiriu contornos e cores de um estilo de pensamento”. Compreendeu uma perspectiva crítica, um “questionamento do real a partir dos movimentos desse real”.

Desse modo, foi o autor que inaugurou uma interpretação marxista da formação social brasileira, criando um novo horizonte intelectual, contribuindo com uma nova forma de pensar a história e o pensamento no Brasil.

1.3 A relação com a geografia: um pensamento totalizante

Caio Prado entendia o conhecimento como uma totalidade, por isso, para ele, história e geografia caminham juntas. Em 1934, com a fundação da USP, matriculou-se na seção de Geografia e História da Faculdade de Filosofia e Ciências Sociais. Tornando-se companheiro

de geógrafos franceses como Pierre Monbeig e Pierre Deffontaines. Participou da Associação dos Geógrafos Brasileiros (AGB) e publicou vários artigos na revista *Geografia*, sobre a indústria salina no Rio de Janeiro e a distribuição da propriedade rural em São Paulo, comunicações sobre transportes e vias de comunicação, terremotos etc. Demonstrando um grande envolvimento com a geografia indispensável para sua obra posterior de historiador. Frequentou aulas e fez trabalhos de campo, além de fazer parte da redação da AGB (SECCO, 2008).

Na relação com a geografia, preocupou-se, entre outras coisas, em realizar uma crítica direcionada à geografia clássica. Em 1940, as fronteiras naturais tinham importância na explicação geográfica, cujo método evidenciava uma descrição apenas formal, desprovida de critério e senso crítico. Contestou essa geografia, sobretudo a de Aires de Casal. Por conta disso, sua leitura crítica sobre a obra de Casal possibilita observar uma proposta de qual seria o método correto de geografia (SECCO, 2010).

O estudo geográfico era por ele concebido a partir do método dialético do conhecimento. Com efeito, discutiu e propôs um método para a geografia que deveria ser contrário ao modo formal do pensamento da geografia clássica mecanicista e de categorias fixas. Em função dessa característica, atribuía à geografia clássica um status que a aproximava da metafísica e também apontava a falta de um método dialético. Os fatos geográficos e os sociais, para ele, partem de “[...] momentos de um movimento de configuração e reconfiguração permanentes do espaço”. Nesse aspecto, o geógrafo teria que ultrapassar os limites da aparência, uma vez que “[...] o que as paisagens nos mostram são fotografias que fixam o que não pode ser fixado” (SECCO, 2010, p. 300).

De acordo com a perspectiva de Caio Prado, a realidade geográfica é forjada pela relação entre os homens e o meio. À dialética cabe expor processos, relações e movimentos. Essa postura diante do conhecimento pode ser compreendida em virtude de o autor ter procurado estar afinado com os avanços da Física e da Biologia, já que as ciências traziam renovações por conta da mecânica quântica e da teoria da relatividade. Por isso, a ideia de uma ciência pautada na teoria de Newton não coadunava com seus estudos. Em razão disso apontou, na geografia clássica, a ideia de categorias fixas e, sobretudo, da transposição artificial de expressões marxistas que, para ele, deveriam ser superadas. Desse modo, em sua visão, a geografia deveria procurar captar relações e processos a fim de que os fatos geográficos fossem inseridos numa certa concepção relacionista. Desse modo, os fatos geográficos não poderiam ser considerados isoladamente, pois, em sua visão, “[...] a Geografia era uma ciência de síntese” (SECCO, 2010, p. 302).

Ademais, foi um historiador voltado para a realidade concreta, instigado a compreender, segundo Cândido (1989, p. 24), “[...] os aspectos fundamentais da sociedade, afastando os aspectos que afloram para ir até às forças que regem de fato”. Contudo, a partir de uma postura de pensamento que buscava a totalidade do conhecimento, “o conhecedor de história e de economia do Brasil se confunde na sua personalidade intelectual ao insaciável viajante e observador”, característica que demonstra as razões de seu interesse constante pela geografia e de seu comportamento como geógrafo “que partiu do substrato físico para chegar ao universo das instituições”.

Seu pensamento totalizante pode ser observado ao longo de sua obra, mas no artigo *O fator geográfico na formação e no desenvolvimento da cidade de São Paulo*, publicado na revista *Geografia*, se evidencia o modelo por ele adotado, o qual buscava “a fusão do ponto de vista do geógrafo e historiador”, conforme aponta Cândido (1989, p. 25).

Outro ponto significante de sua obra é o senso de ritmo histórico. Na medida em que se busca analisar a relação de Caio Prado com a geografia, é importante considerar, de acordo com Ab'Saber (1989, p. 408), a maneira como ele “[...] entendeu os ritmos da história em diferentes espaços”. Interessante destacar a forma como “[...] exercitou-se numa história braudeliana”, antes mesmo que Braudel tivesse sistematizado sua teoria sobre os ritmos da história. Interessava a Caio Prado “descobrir, detectar os períodos de mudanças” de “[...] uma terra de história comprida e rotineira”. Contudo, é no processo de fazer história, que se antecipa à compreensão dos ritmos de tempo e espaço, que reside a força de sua historiografia. Diante disso, explica Ab'Saber (1989, p. 409) que “tempo, espaço e economia regional estão presentes a todo instante em sua produção histórica [...]”.

Entre seus interesses em geografia, buscou compreender a evolução urbana da cidade de São Paulo e o desenvolvimento de São Paulo visto em seu conjunto (AB'SABER 1989). Assim, a cidade de São Paulo foi um dos objetos de interesse de Caio Prado. Segundo Iumatti, o interesse pela cidade possui um significado pessoal, pois “[...] em seu arquivo, encontra-se uma composição que redigiu sobre a cidade, em 1917, quando contava 10 anos de idade...” (2007, 132). O interesse por São Paulo, intimamente ligado ao interesse pela geografia, resultou nos dois artigos, aqui analisados, sobre localização geográfica e urbanização, publicados entre 1934 e 1941. Tais estudos, também foram publicados nos anos 1950, em *Evolução Política do Brasil* e outros estudos, e posteriormente reunidos em 1983, no volume *A cidade de São Paulo: geografia e história*. O artigo de 1935, sobre a localização da cidade, repercutiu a ponto de o geógrafo e amigo, Pierre Monbeig, pedir-lhe que escrevesse uma monografia sobre São Paulo para o congresso Nacional de Geografia.

Segundo Manuel Correia de Andrade (1989), Caio Prado foi um escritor e pensador político-social de enorme contribuição. Por sua sólida formação marxista e sua visão “totalizante da problemática brasileira”, deu um substancial aporte à história, à economia, à filosofia, à sociologia e à geografia. Nesse sentido, completa:

Sua visão filosófica e seus interesses não se estreitavam nos convencionais limites entre as ciências; sua análise principiava pela escolha do problema e, a partir daí, desse objetivo, procurava compreender os vários aspectos que convergiam para ele. O fato dificulta assim colocar etiquetas de disciplina em sua obra (ANDRADE, 1989, p. 356).

Para Maria Odila Leite da Silva Dias (1989), o historiador valorizava a paisagem e soube, com maestria, integrar em seus estudos de geógrafo, as formas sociais na paisagem. Com efeito, o contato com intelectuais ligados à escola francesa dos Annales, entre eles Fernand Braudel, Arbrousse Bastide, Roger Bastide, Pierre Monbeig, nos primeiros anos após a fundação da Faculdade de Filosofia da Universidade de São Paulo, contribuiu sensivelmente “[...] para tornar mais concreta esta busca da diversidade do espaço e do tempo na sua elaboração marxista da história”. Sua obra, como um todo, foi marcada por uma relação com a geografia, o que favoreceu sua habilidade em descrever as mediações sociais. Contudo, “o seu estilo fazia uma ponte entre a geografia e a história social a partir da qual forjava sua narrativa histórica da sociedade do povoamento” (SILVA DIAS, p 1989, p. 384).

A proximidade entre a geografia brasileira e os intelectuais franceses pode ser vista na Figura 3, extraída de um artigo de Pierre Deffontaines. Nela nota-se Pierre Monbeig, um dos intelectuais próximos a Caio Prado, na sétima posição da esquerda para direita.

Figura 3 - Fotografia de Pierre Monbeig



Fonte:http://www.agbsaopaulo.org.br/sites/agbsaopaulo/files/BPG_81.pdf Acesso em 03/07/2015.

Preocupou-se com a descrição de situações concretas, reunindo materialidade e relações sociais. Nessa perspectiva, “a geografia é uma tentativa de interpretação de uma situação, e uma situação inclui as suas heranças, através da materialidade, e da iconografia, por intermédio do jogo dialético entre o que deixou de ser e o que quer ser” (SANTOS, 1989, p. 420).

A interpretação geográfica de sua obra é pioneira, uma vez que antecipa temas que só passaram a ser trabalhados atualmente, como o uso do conceito de “formação social”. Diante disso, assinala Santos (1989, p. 426):

Nelé é muito fecunda a contradição entre o pensador dotado de uma teoria herdada de seus mestres e o pensador de uma ideologia que o obrigava a ir buscar na realidade o sentido das coisas. Aí está o caráter genuíno do pensamento de Caio Prado Júnior, um exemplo da forma como cada um de nós está permanentemente brigando com as teorias que aprendeu para afirmar as teorias que defluem do contato direto com a realidade.

Em seus estudos como geógrafo abordou temas clássicos, como a noção de povoamento, a de regionalização, a ideia de urbanização e o debate que se faz ainda hoje muito presente: as relações interurbanas e entre a cidade e o campo. Entretanto, além desses temas, inovou no trabalho sobre a cidade de São Paulo, isso porque, explica Santos (1989, p. 426-427):

[...] comparece essa discussão que agora se banaliza – o que raramente se concretiza – das relações sociedade-natureza, mas também a ideia das relações homem-homem, que nos leva ao estudo das relações sociais e da forma como se afirmam no espaço; e a ideia do embate entre forças externas e internas, junto à ideia de formação sócio-espacial que nós próprios iríamos propor mais sistematicamente em 1977, como uma categoria de estudo geográfico, e que, conforme agora verificamos, na verdade, já está em embrião na obra de Caio Prado Júnior. [...] outros conceitos de sua elaboração, como a noção de integração do território, que também supõe desintegração [...] já trabalhava a ideia de dialética espacial com a qual agora estamos trabalhando [...]

2 A CONTRIBUIÇÃO DE CAIO PRADO NA PRODUÇÃO DA GEOGRAFIA URBANA DAS DÉCADAS DE 1930 E 1940

A finalidade deste capítulo é tentar compreender a geografia urbana de Caio Prado para assim revelar uma concepção de cidade do autor. Desse modo, pretende-se desvendar seu conceito de cidade, tendo em vista identificar a relação de sua interpretação com o contexto cultural de sua época e com a produção intelectual de outros autores que lhe são contemporâneos.

Desse modo, para entender o estudo geográfico sobre a cidade do autor é preciso considerar o contexto de sua reflexão, bem como buscar estabelecer uma relação de seu pensamento sobre a cidade com a interpretação de seus contemporâneos na geografia. Para isso, busca-se uma análise comparativa de seu estudo com a produção da Geografia Clássica³ e com a Escola de Chicago.

2.1 Contexto intelectual e cultural

A partir de seus estudos de geografia na Universidade de São Paulo, recebeu a influência do pensamento geográfico internacional e da escola francesa no Brasil (Figura 4), que teve em sua primeira geração a observação e o trabalho no campo como formação.

Figura 4 - Fotografia dos professores franceses na comemoração da fundação da Faculdade de Filosofia, Ciências e Letras da USP



Fonte: http://www.agbsaopaulo.org.br/sites/agbsaopaulo/files/BPG_81.pdf
Acesso 03/07/2015.

³ Também conhecida como Geografia Tradicional.

Naquele período, o método utilizado na geografia urbana era o monográfico, proposto por Raoul Blanchard em 1922⁴. No Brasil, um dos principais expoentes desse método foi Pierre Monbeig⁵. Tal método consistia na aplicação dos estudos regionais da cidade por meio de uma síntese urbana com interpretação analítica de dados físicos e humanos para demonstrar a individualidade do fato geográfico – a cidade

Os estudos geográficos da cidade eram feitos por um viés naturalista, pois este era predominante na França e, embora La Blache tenha escrito pouco sobre a cidade, de acordo com Abreu (1994, p. 203) “[...] sua orientação foi decisiva para o delineamento do tipo de estudo urbano que iria predominar naquele país e, mais tarde, nos países que receberiam a influência da ‘escola francesa’, dentre eles o Brasil”. Nesse contexto, Pierre Deffontaines, discípulo de Brunhes, chega ao Brasil em 1934 e traz consigo essa opção preferencial pelo natural.

De acordo com Abreu (1994), o trabalho de campo pode ser considerado como a síntese do trabalho geográfico que se afirmava no Brasil a partir de 1934. Efetivamente, em virtude da influência da geografia francesa, a geografia brasileira desse período fez do trabalho de campo, do contato direto com a observação, uma prática fundamental de pesquisa e de aprendizado.

Além da escola francesa de geografia também se podem observar nos artigos de Caio Prado elementos do pensamento geográfico alemão, sobretudo de Ratzel. Especialmente, porque trata do contexto de posição e da importância da situação da cidade em relação às vias de comunicação. Tal fato denota que o autor estava intimamente atento ao oxigênio cultural e intelectual da produção geográfica da época, apontando, de acordo com nossa visão, para certo ecletismo.

A cidade não era vista só como um organismo sob a perspectiva do positivismo, mas também como uma forma de ato de posse do solo por um grupo humano. Nesse sentido, buscava-se entender como esse organismo funcionava e como se havia efetuado o ato de posse, visando destacar o papel da vontade humana no crescimento das cidades.

Nesse mesmo período da geografia tradicional brasileira, havia outra escola do pensamento: a Escola de Chicago. Ambas disputavam teórico-metodologicamente o estudo

⁴ O método monográfico é uma proposta metodológica que se insere no período de consolidação da geografia urbana que serviu de modelo para vários estudos de cidades em todos os continentes. (Vasconcelos, 1999, p. 100).

⁵ Embora, segundo Abreu (1994, p.206), “houve, é verdade, trabalhos anteriores, sobre as cidades brasileiras, realizados por geógrafos. Caio Prado Júnior, por exemplo, no início de sua brilhante carreira, publicou dois artigos sobre a posição da cidade de São Paulo”.

sobre a cidade. Em 1940, Monbeig defendia a monografia urbana, enquanto de outro lado, a Escola de Chicago defendia a abordagem processual.

Havia, no entanto, entre as duas correntes, pontos em comum, como a valorização do trabalho de campo e uma definição naturalista de cidade, que era vista como um organismo vivo. Porém, a diferença estava no método. As escolas apresentavam duas propostas científicas antagônicas: o método de Monbeig buscava o peculiar e o único⁶, enquanto a Ecologia de Chicago buscava o geral e o uniforme, utilizando-se do método das ciências da natureza com o objetivo de encontrar leis. (ABREU, 1994).

Dessa forma, para a Escola de Chicago, a cidade deveria ser estudada segundo o método das ciências da natureza e investigada com o objetivo de buscar leis. Nessa perspectiva, buscava-se o geral, o uniforme, diferentemente do método de Monbeig que, por sua vez, buscava o singular, o único.

Outra postura dessa corrente era a questão dos processos sociais. Buscavam-se as relações entre os próprios homens e não o estudo da população enquanto dados mensuráveis, categoriais. Já para Monbeig, à geografia não interessava se ocupar com o estudo das relações sociais.

A Associação dos Geógrafos Brasileiros (AGB) também desempenhou um papel importante para o conhecimento geográfico brasileiro, sobretudo na estruturação do pensamento geográfico brasileiro sobre a cidade. É sabido que Caio Prado participou ativamente da AGB, logo, tal atividade teve grande influência em sua obra.

Como já visto, para a Geografia Clássica, o trabalho de campo exercia papel de importância nos estudos geográficos. A proposta era empirista, buscava-se estabelecer o contato direto com a paisagem. A cada assembleia da AGB estudava-se uma região distinta e assim acumulava-se conhecimento. Tal postura vai ao encontro dos estudos de Caio Prado, que refletem sua preferência pelo concreto no estudo da realidade.

O ponto de partida, portanto, era a observação. Não se objetivava chegar às leis ou generalizações. Buscava-se dedicar-se a determinações de padrões espaciais. Era uma geografia que privilegiava o visível e a descrição. Possuía em seu bojo uma noção *kantiana* de

⁶ As dimensões teórico-metodológicas da geografia tradicional ou clássica voltavam-se ao ideográfico ao invés da sistematização nomotética. O termo ideográfico corresponde ao estudo do fenômeno singular, com o objetivo de compreender sua especificidade. Enquanto a sistematização nomotética corresponde à busca de determinação de leis gerais.

espaço absoluto⁷. Com efeito, seus princípios se inserem no positivismo clássico da ciência do século XIX.

Os temas da produção do conhecimento sobre a cidade para a Geografia Clássica foram os de: sítio, posição, origem e evolução, fisionomia da cidade e ou das funções predominantes, estrutura, entre outros.

Inserido nesse contexto, o autor prestou grande atenção à história de São Paulo, adentrando no campo dos estudos paulistas por meio de uma história geográfica. É importante salientar que os artigos sobre o estudo da cidade de São Paulo realizado por ele são pioneiros, pois foram um dos primeiros trabalhos de geografia urbana e, antes mesmo da publicação do método monográfico de geografia de Monbeig, o autor já havia esboçado esse método, pois dialogava com os geógrafos internacionais da época.

Nesse ínterim, comenta Secco (2008), a cidade de São Paulo passava por transformações rápidas e profundas, transformando-se em um “laboratório vivo” onde se encontravam todas as experiências políticas, culturais e econômicas. Sendo assim, era o objeto privilegiado da geografia humana, institucionalizada na USP. Caio Prado viveu nesse período de grandes transformações refletidas em vários aspectos da cidade. Tal característica elevaria a cidade mais como status e menos como um tema de estudos, pois “apresentava aquela qualidade que ele dizia ser própria dos objetos dos historiadores brasileiros: um passado vivo que se transforma aos olhos do pesquisador” (SECCO, 2008, p. 158). Nesse sentido, dedicou-se a aplicar seus conhecimentos de geografia humana ao estudo da cidade de São Paulo na mesma fase de seus livros mais influentes do final de 1930 a 1940, com os conhecimentos de geografia humana que haviam sido adquiridos dos geógrafos franceses, assim mobilizando seus conhecimentos de geógrafo ao desenvolvimento de uma “geohistória” da cidade de São Paulo.

⁷ Segundo Abreu (1994, p. 256-257), “As geografias positivistas partem do pressuposto de que o espaço é algo exterior à sociedade, isto é, assumem que o espaço e a prática social são independentes entre si. Assim definida a relação fundamental da geografia, o corolário que lhe é complementar define então essa geografia como aquela que analisa os diferentes modos através dos quais a sociedade organiza e se relaciona com esse espaço que lhe é exterior. É a partir dessas premissas básicas que todas as teorizações geográficas positivistas se estruturam, o que não quer dizer que, tendo isso em comum, elas sejam semelhantes em conteúdo. Ao contrário, dependendo da forma como a categoria espaço é definida, as análises positivistas poderão ser bastante distintas uma da outra, como dão prova as diferenças marcantes que separam os estudos da geografia tradicional, baseada na noção kantiana de espaço absoluto, dos trabalhos da geografia neopositivista, baseados na noção de espaço relativo, topológico”.

2.2 A geografia urbana de Caio Prado Júnior: um diálogo com a geografia clássica

Os artigos *O Fator Geográfico na Formação e no Desenvolvimento da Cidade de São Paulo (1935)* e *A Contribuição para a Geografia Urbana da Cidade de São Paulo (1941)* estão inseridos, pois, no contexto histórico no qual o autor vivia.

Estão impressas nos artigos as influências derivadas de sua relação com a Geografia Clássica e mais precisamente com a escola francesa de geografia, além das impressões vividas por ele enquanto desenvolvia um estudo geográfico sobre a cidade de São Paulo.

Entretanto, é nítida a diferença de abordagem do artigo de 1935 para o artigo de 1941. No primeiro, temos uma postura mais naturalista, enquanto no segundo, considera-se que há elementos mais complexos pelos quais é possível notar a influência do pensamento marxista do autor.

2.2.1 O fator geográfico na formação e no desenvolvimento da cidade de São Paulo (1935)

No período em que o autor escrevia os artigos, a economia brasileira passava por uma intensa transformação no que tange à constituição do mercado nacional e, consequentemente, “[...] ao processo de unificação econômica do espaço brasileiro e de sua efetiva regionalização interna” (GOLDENSTEIN e SEABRA, 1982, p. 30). Iniciando-se na década de 30, esse processo culminou com a ascendência da burguesia industrial como parte componente do bloco hegemônico de classes dominantes do país e, portanto, a passagem de uma economia fundada na agro-exportação para uma nova economia com base urbano-industrial.

A Tabela 1 mostra que no final dos anos 30, na região sudeste, a indústria apresentava renda superior em relação à agricultura. Essa nova fase, com o eixo essencialmente na indústria, se distingue em particular pela instauração de diversos ramos produtores de bens intermediários e de capital, e terá tendência a concentrar-se em poucas partes do território, inclusive no Sudeste, especialmente na cidade de São Paulo, como sugere a Tabela 2. Essa concentração se explica, de acordo com Goldenstein e Seabra (1982, p. 30), “[...] quer às determinações de natureza estritamente econômica, quer à atuação política da burguesia industrial dentro do aparelho do Estado”.

Tabela 1 - Distribuição regional de renda interna por setores de atividade - 1939

Regiões	Agr.	Ind.	Ser.
Norte	3,3	2,3	2,4
Nordeste	23,0	12,1	14,9
Sudeste	47,0	71,0	69,0
Sul	22,2	12,9	12,5
Centro-Oeste	4,5	1,0	1,2
Total	100,0	100,0	100,0

Fonte: CANO apud GOLDENSTEIN; SEABRA, 1982, p. 34. Adaptação: Cintia Soares.

Tabela 2 - Concentração da produção industrial brasileira (participação em %)

Estado	1907	1919	1939
São Paulo	15,9	31,5	45,4
Guanabara-RJ	38,8	28,2	22,0

Fonte: CANO apud GOLDENSTEIN; SEABRA, 1982, p. 30. Adaptação: Cintia Soares.

Caio Prado, inserido nesse contexto por qual passava a realidade brasileira, inicia seu estudo sobre a cidade de São Paulo com uma questão: São Paulo prosperou mesmo cercada por solos inférteis, numa época em que a agricultura ainda era essencial. Sendo que a lógica seria: se São Paulo é uma cidade rica, então, seu entorno e seus solos deveriam ser ricos.

A problemática levantada pelo autor está intimamente relacionada aos estudos geográficos das cidades pautados no conceito de sítio, que era o principal elemento conceitual do estudo urbano daquela época. Outro ponto a se destacar é que a opção pelo estudo da cidade de São Paulo pode estar relacionada com a preferência pelo estudo de cidades localizadas em sítios desfavoráveis, como faziam os autores franceses da época. Esses estudos proclamavam, segundo Abreu (1994, p.202), “as grandes vitórias humanas sobre o meio natural”.

No artigo de 1935, Caio Prado começa analisando as causas do estabelecimento do povoamento e, depois, a expansão colonial.

De acordo com seu estudo, à primeira vista não havia atrativos na região de São Paulo que explicassem a localização de um grande centro na região. Fatores físicos como solo e relevo parecem não ter favorecido o estabelecimento do povoamento na região. Por outro lado, o autor afirma que o desenvolvimento e a expansão colonial de São Paulo resultaram da combinação de vários aspectos. A existência desses aspectos tornou o local onde se situa São Paulo privilegiado, o que levou ao desenvolvimento e a situação de “maior centro do Estado” (PRADO JÚNIOR, 1935, p. 8).

Ao examinar as causas que determinaram a grandeza de São Paulo, o autor explica que essas atuam desde o início da colonização perdurando até os dias atuais e, portanto, estão na história.

Mas além da história, busca também na geografia de São Paulo uma explicação a partir de uma visão de natureza física. Nesse sentido, explica que a localização da Serra do Mar, dividindo o território meridional do Brasil em duas partes distintas é a primeira causa da preeminência de São Paulo, pois determinou a primeira ascendência da colonização litorânea no planalto e sua penetração no interior, qualificando São Paulo como o primeiro centro do planalto (PRADO JÚNIOR, 1935). Ele denomina essa circunstância física de fator geográfico. Esses fatores seriam os responsáveis pela precedência e preeminência da cidade de São Paulo. Outra questão a ressaltar é que ele inicia o estudo sobre a cidade com a análise de sítio, seguindo a orientação de Vidal de La Blache, a qual determinava que “o estudo geográfico da cidade deveria pautar-se principalmente pelas questões referentes ao sítio, que se transformava agora no principal elemento conceitual do estudo urbano” (ABREU, 1994, p. 202).

Nesse momento, é possível observar a perspectiva naturalista de estudo geográfico de Caio Prado e, de acordo com Abreu (1994, p. 202), “essa ‘naturalização’ do estudo geográfico da cidade se inscreve perfeitamente bem no contexto dos debates da época” no qual Vidal de La Blache defendia para a geografia o estatuto de ciência natural.

Outro ponto importante sobre os fatores geográficos tratados por Caio Prado é que eles são classes metodológicas nos estudos que o autor procurou realizar, no entanto, é necessário ressaltar que essa abordagem dialoga com estudos realizados pela geografia internacional, pois, segundo Raoul Blanchard⁸ (1922 apud VASCONCELOS, 1999 p. 108), em seu artigo metodológico, destaca os fatores geográficos como elementos de análise em seu estudo. Ainda segundo Vasconcelos (1999, p. 110), o método proposto por Blanchard⁹ se inicia pelo exame dos fatores geográficos “na constituição e fixação da cidade, trabalhando com os dois conceitos de situação e sítio”. Além disso, a história teria um papel para o entendimento da evolução urbana.

Assim, ao analisar os fatores geográficos, Caio Prado se aproxima do método monográfico de geografia urbana no estudo da cidade. Método sistematizado pela chamada

⁸ BLANCHARD, Raoul. *Une méthode de géographie. La Vie Urbane*, n. 16, p. 301-319, 1922.

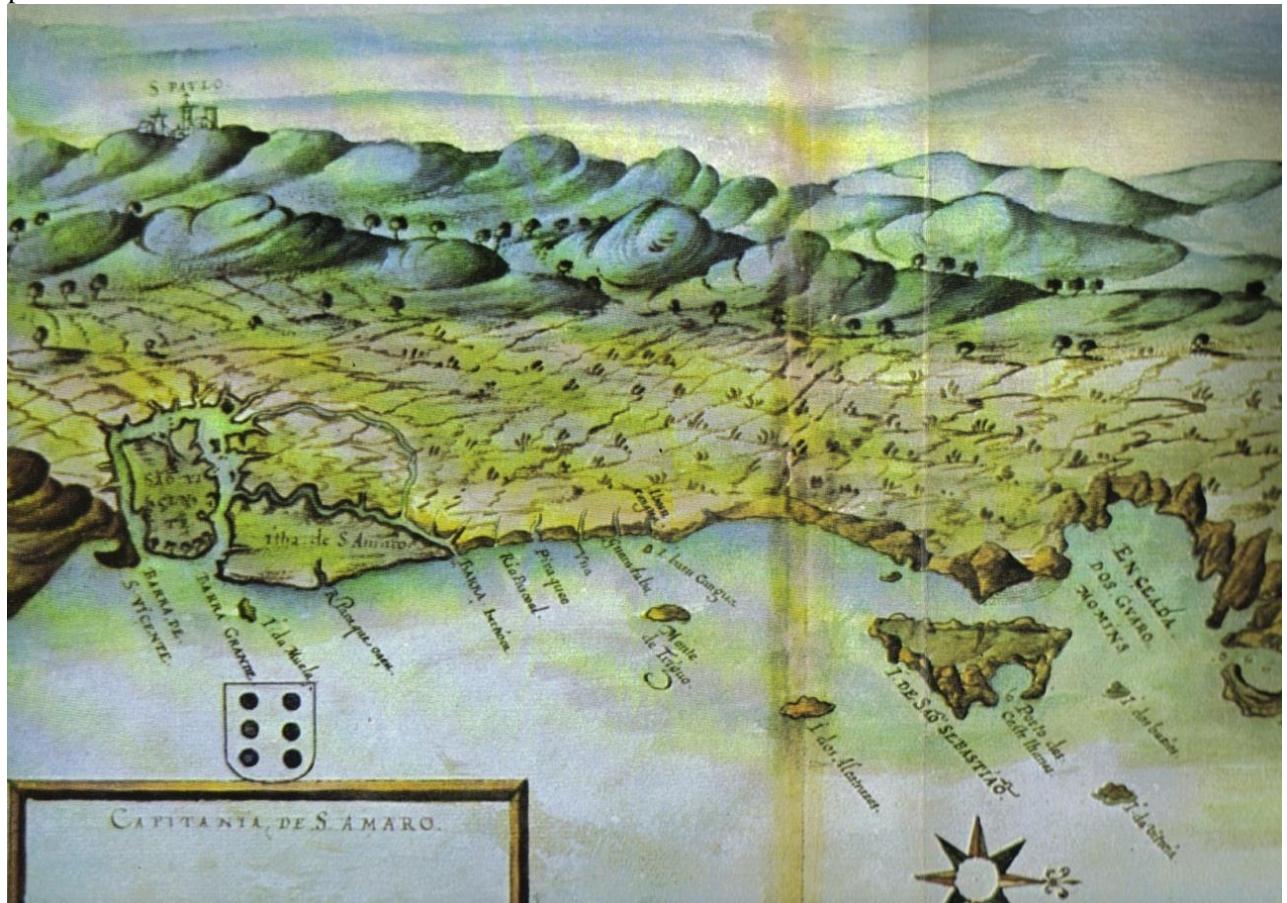
⁹ Propôs um método que sistematizou a monografias urbanas inspirando os trabalhos sucessivos dos geógrafos franceses, assim como nos estudos de geógrafos brasileiros (Vasconcelos, 1999, p. 110).

escola francesa. De acordo com esse método, os fatores geográficos seriam os elementos, de ordem física e humana, influenciadores na constituição e fixação de um núcleo urbano.

a) Os fatores geográficos

Os fatores geográficos teriam contribuído para a “precedência” de São Paulo. Entre eles, o autor destaca o estreitamento da faixa costeira, ilustrada na Figura 5 onde, por tratar-se de uma zona hostil ao povoamento, por causa da presença da serra do mar, havia poucas probabilidades de a colonização europeia se desenvolver de forma considerável, enquanto os fatores físicos do planalto apresentavam condições mais favoráveis (PRADO JÚNIOR, 1935). O contínuo deslocamento do litoral para o planalto constitui-se no primeiro fator geográfico que, segundo o autor, teria influenciado a constituição e o desenvolvimento do planalto.

Figura 5 - Representação em aquarela da Serra do Mar dividindo o litoral do planalto. Ao longe é possível notar a vila de São Paulo



Fonte: São Paulo (SP). Comissão do IV Centenário da Cidade, 1954.

Ao tentar entender as causas do estabelecimento do centro colonial em São Paulo, indaga: “Por que São Paulo? De todos os pontos desta barreira que é a Serra do Mar e que separa o litoral do planalto, é justamente este, central, a meio caminho do percurso da serra em território paulista, que oferece maior facilidade de acesso” (PRADO JÚNIOR, 1935 p. 11).

Ademais, a escolha de São Paulo como local de estabelecimento de um centro colonial que culminaria na formação e desenvolvimento da atual cidade se deu pela existência dos Campos de Piratininga, uma clareira na floresta que cobria o território. Nessa perspectiva, o autor busca explicação nas características físicas cuja destinação teria desempenhado papel de condensador demográfico. (PRADO JÚNIOR, 1935).

Para o autor, o sítio¹⁰ de São Paulo oferecia mais vantagens em relação a todos os demais, em virtude, principalmente, a fatores de ordem física. Essa seria uma das razões para o deslocamento do núcleo jesuítico, antes estabelecido na Vila de Santo André da Borda do Campo que, portanto, pode ser atribuído a fatores geográficos. Nessa perspectiva, o sítio de São Paulo apresentou superioridade em relação à Vila de Santo André, que apresentava circunstâncias naturais desvantajosas.

Dessa forma, é possível observar que o historiador procura na geografia razões que expliquem a fixação do núcleo de povoamento, pois, para ele, a superioridade física da localização do sítio de São Paulo foi o fator determinante principal para a fixação de um centro colonial no planalto paulista e que as circunstâncias históricas imediatas e particulares seriam coadjuvantes nesse processo. A partir dessa análise, inferimos que o autor não abandona a história na análise das circunstâncias que teriam determinado a preferência por São Paulo, mas nota-se que ele concede à geografia status de grande importância. Isso porque, conforme já discutido, o autor buscou sempre unir em seus estudos história e geografia ou ainda, como bem disse Cândido (1989), por ser um historiador interessado em pesquisar aspectos da realidade concreta.

Outros geógrafos contemporâneos de Caio Prado também trabalharam o conceito de sítio no estudo das cidades, como mostra o estudo realizado por Pedro de Almeida Vasconcelos (1999). Emmanuel De Martonne¹¹ (1909 apud VASCOCELOS, 1999, p. 122), analisa o sítio da cidade de Berlim para explicar seu desenvolvimento. Maurice Zimmermann

¹⁰ Destaca-se o conceito de sítio utilizado pelo autor, uma vez que, segundo Santos, (1989, p. 429) ao utilizá-lo, usa a dialética quando busca explicar os motivos pelos quais São Paulo havia se tornado o centro oficial para a chefia da província. Ainda que num primeiro momento buscassem a explicação na geografia natural, num outro momento buscaram uma interpretação própria fundada na história concreta.

¹¹ DE MARTONNE, Emmanuel. Europe Centrale. In: DE LA BLACHE, Vidal; GALLOIS (Dir.). *Géographie universelle*, 1930. T. 4, 379 p.

também examinou a cidade de Estocolmo a partir do estudo de seu sítio. Albert Demangeon¹² (1933 apud VASCONCELOS, 1999, p. 128), em seu estudo sobre Paris, dedica-se à análise do sítio e suas vantagens ao tratar da “Formação e Crescimento de Paris”. Ainda no mesmo período, o geógrafo americano Preston E. James¹³ (1933 apud VASCONCELOS, 1999, p. 131), ao estudar as cidades do Rio de Janeiro e de São Paulo, também destaca a importância do exame do sítio, sendo que, no caso da cidade do Rio de Janeiro, a seleção do sítio esteve ligada a três elementos: “bom ancoramento, colinas isoladas para localização do forte e boas águas da Serra da Carioca”. Outro estudo que destaca questões relacionadas ao sítio é o de Philippe Arbos¹⁴ (1938 apud VASCONCELOS, 1999, p. 141). Esse autor realizou uma adaptação do método monográfico no estudo das cidades brasileiras a partir das razões da escolha do sítio.

Após analisar o sítio e investigar as causas determinantes do estabelecimento do povoamento e da colonização, Caio Prado passa a buscar as causas que determinaram o desenvolvimento da vila e a preeminência de São Paulo sobre as demais. Nesse momento se aproxima da metodologia de Raoul Blanchard tratada por Vasconcelos, (1999), tendo em vista que os fatores geográficos também teriam influenciado no desenvolvimento da cidade. Nessa perspectiva, procura analisar esses fatores sob outro aspecto, que trata de qual seria a situação do sítio.

Assim, embasado na visão naturalista, aborda o conceito de situação ao demonstrar que à colonização do planalto foi determinante a situação¹⁵ geográfica privilegiada que São Paulo ocupava como o “centro natural do sistema hidrográfico da região”, mais um dos fatores para o crescimento de São Paulo. Os cursos de água eram vias de comunicação naturais que se irradiavam por várias direções. Os fundadores, sem nenhum conhecimento prévio, haviam se estabelecido exatamente no ponto dessa irradiação. (PRADO JÚNIOR, 1935).

A centralidade dos rios foi importante para a colonização do planalto. É importante ressaltar que a disposição da rede hidrográfica da capital paulista servia como via de comunicação, mas também como uma barreira natural à expansão do núcleo urbano que, aos poucos, lhe foi superando (Mapa 1, Mapa 2 e Mapa 3).

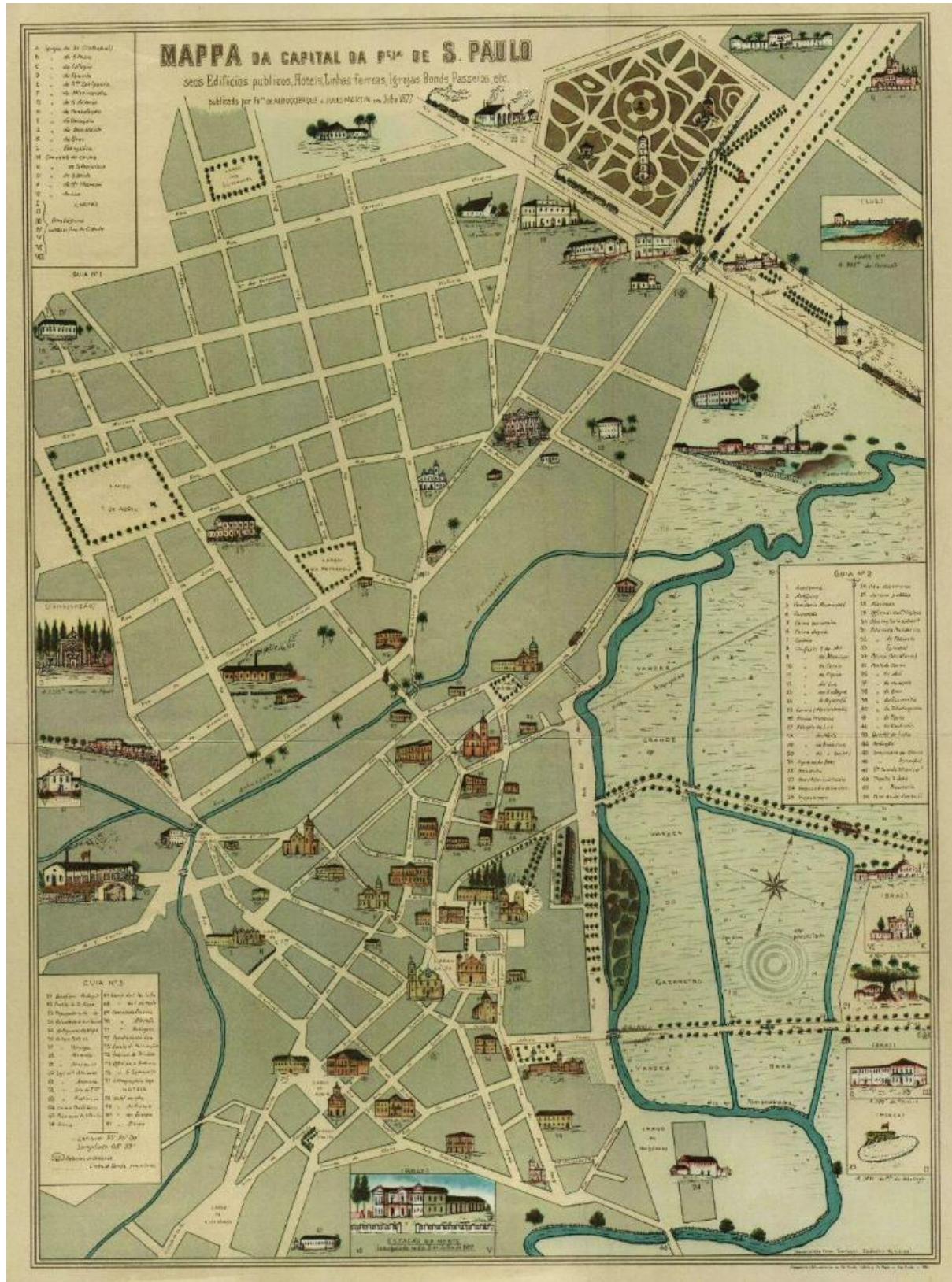
¹² DEMANGEON, Albert. **Paris: La ville et as banlieue**. Paris: Bourrelier, 1933. 62 p.

¹³ JAMES, Preston E. Rio de Janeiro and São Paulo. **The Geographical Review**, n. 23, p. 271-298, 1933.

¹⁴ ARBOS, Philippe. Petropolis: Esquisse de géographie urbaine. **Revue de Géographie Alpine**, n. 26. 477-530, 1938.

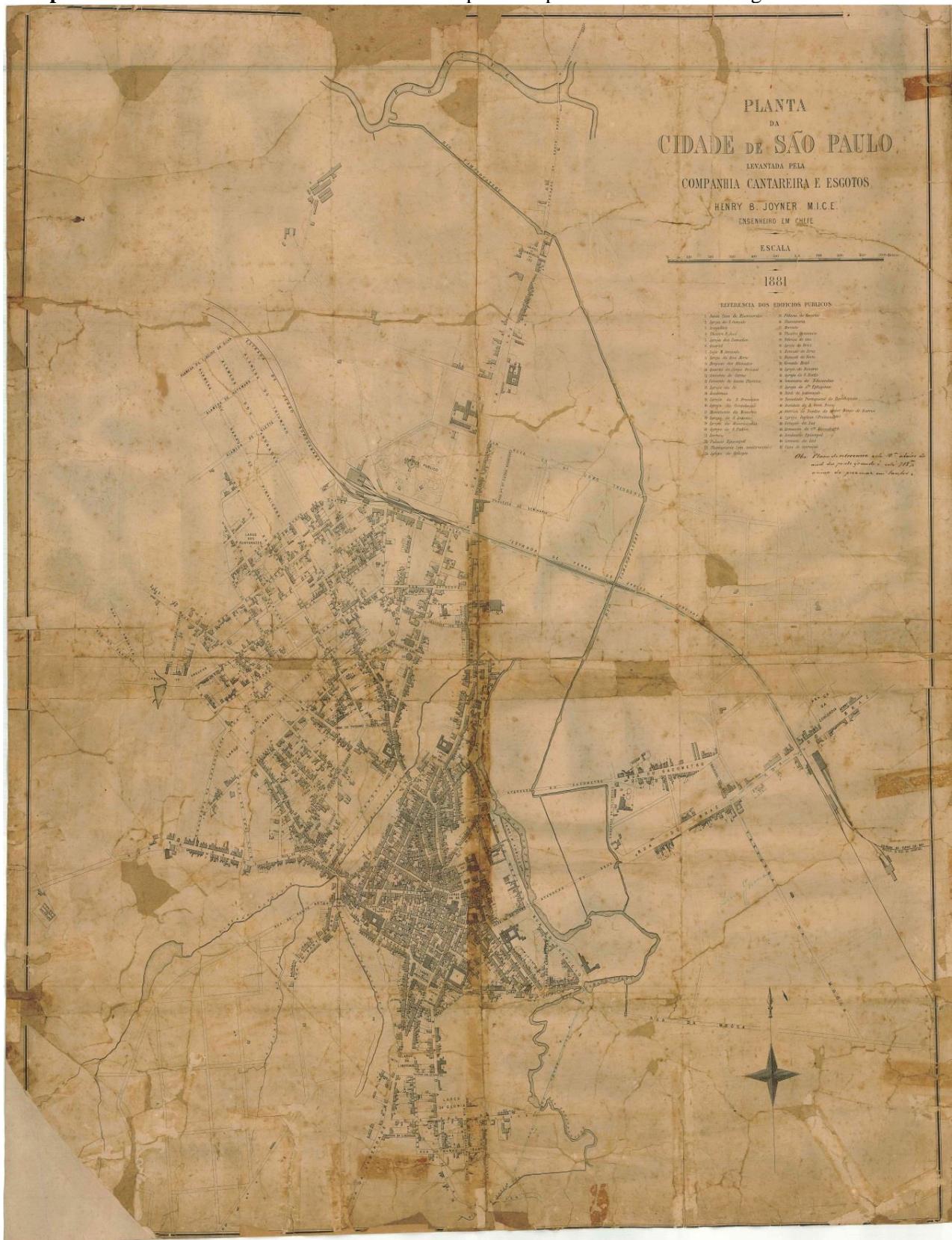
¹⁵ Segundo Santos (1989, p. 427), “a situação é a posição, isto é, o lugar comparado com outros lugares, definindo em função do que está ao redor dele, próximo ou longínquo”.

Mapa 1 - Mapa da capital de São Paulo – 1877. Representação dos rios Tamanduateí e Anhangabaú



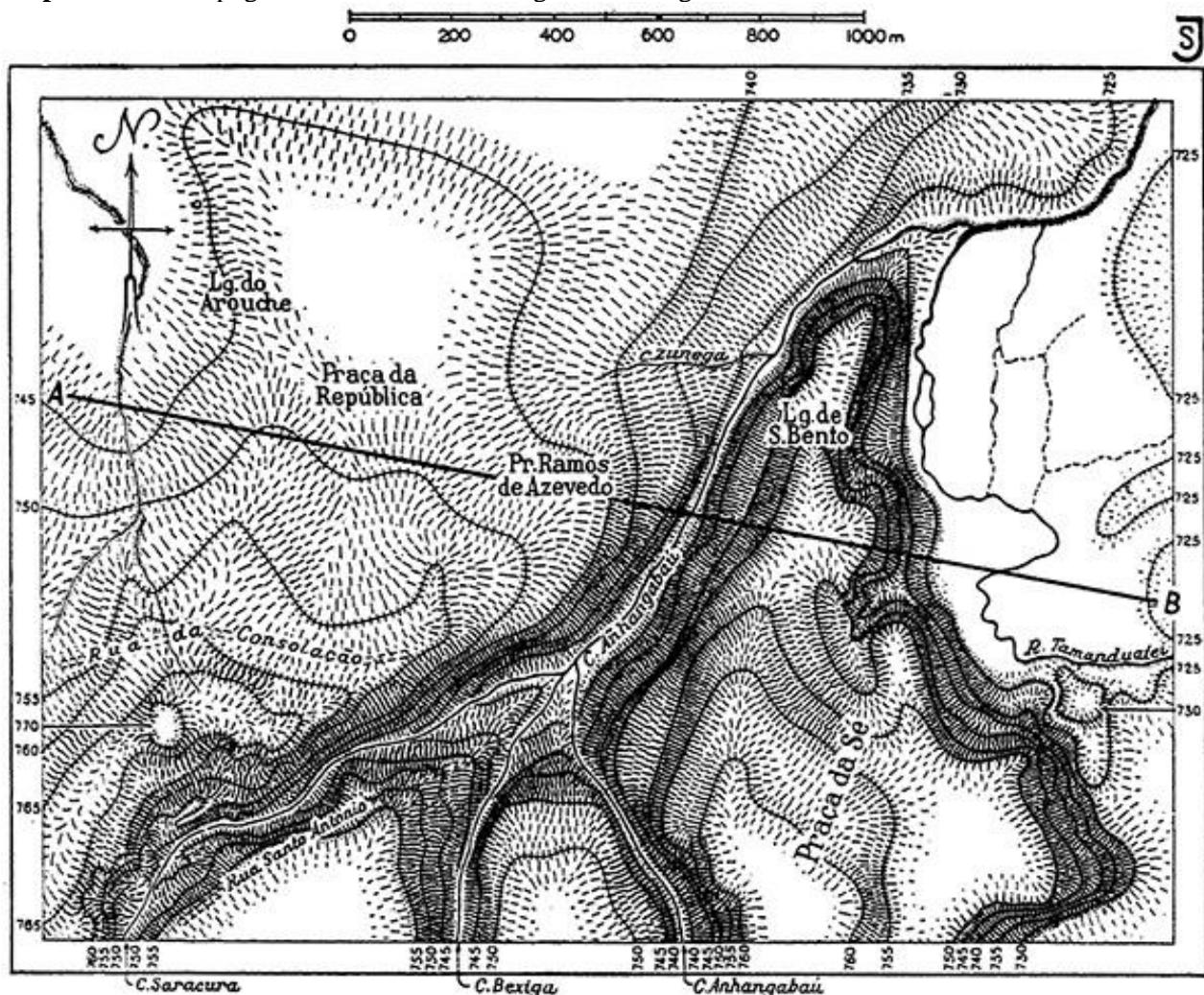
Fonte: São Paulo (SP). Comissão do IV Centenário da Cidade, 1954. Disponível em www.arquiamigos.org.br/info20/i-1877.htm. Acesso: 27/05/2015.

Mapa 2 - Planta da cidade de São Paulo levantada pela companhia Cantareira de esgotos em 1881



Fonte: http://smdu.prefeitura.sp.gov.br/historico_demografico/img/mapas/1881.jpg . Acesso em 27/05/2015.

Mapa 3 - Planta topográfica dos vales do córrego do Anhangabaú e rio Tamanduateí



Fonte: AB'SABER, Azis Nacib. "Geomorfologia do Sítio Urbano de São Paulo", São Paulo, FFCLUSP, 1957. Disponível em <http://www.spbr.arq.br/anhangabau-o-cha-e-a-metropole-2/>. Acesso em 27/05/2015.

Desse modo, a vila foi fundada em um ponto no qual se podia tirar proveito das principais vias fluviais de comunicação.

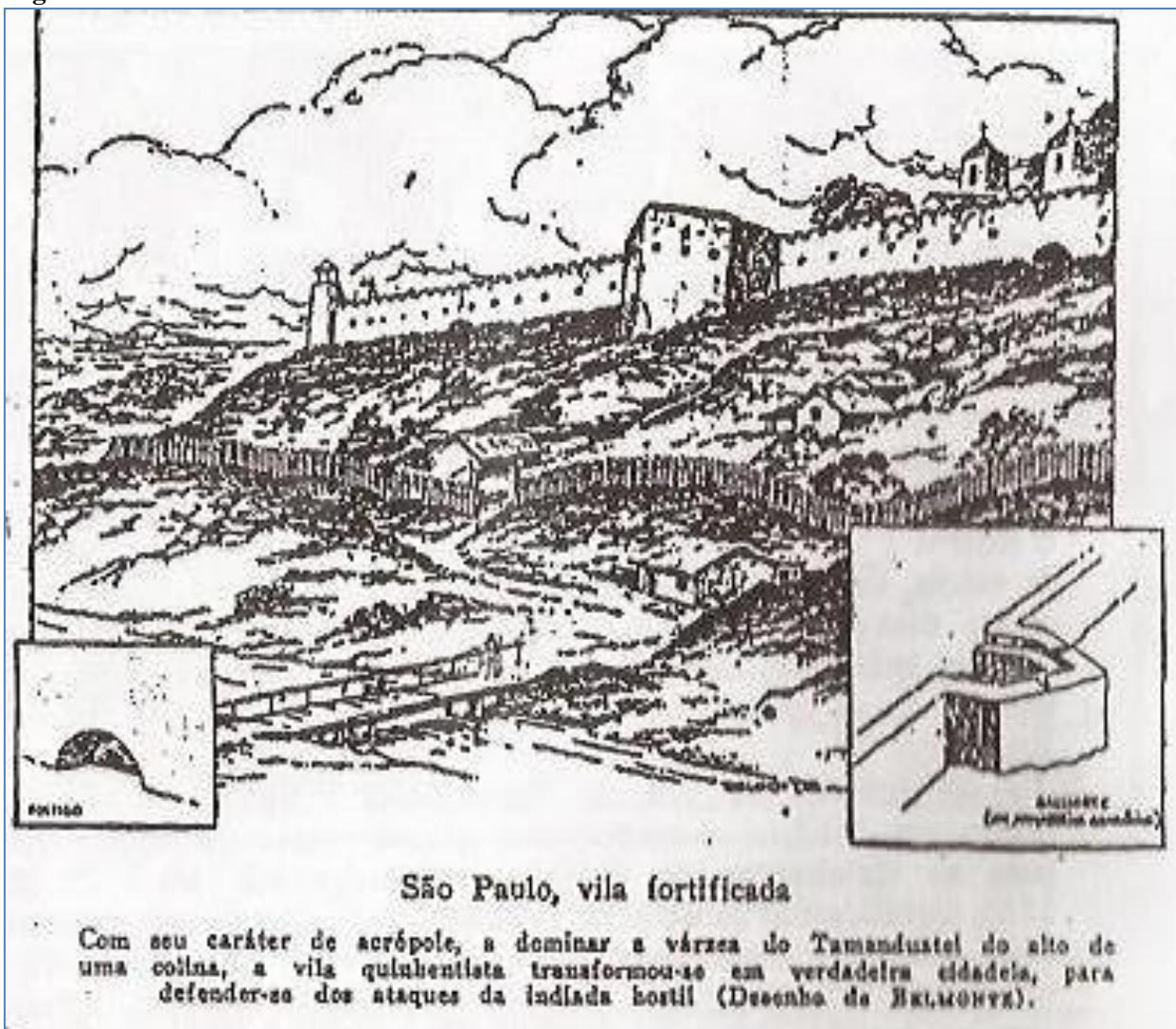
Os cursos de água eram vistos pelo autor como “vias naturais de comunicação”. Nessa perspectiva, os rios atribuíam vantagens estratégicas ao sítio. A análise com o enfoque nas características naturais do sítio também foi realizada por Pasquale Petrone (1948) em seu *Breve estudo sobre o sítio urbano de São Paulo*, o qual afirma que uma das principais razões para escolha do sítio se deveu a abundância de água proporcionada pelo rio Tietê e por muitos cursos de água ali existentes, o que facilitava, sobretudo, a defesa do território – segundo Petrone (1948, p. 30):

[...] a localização da colina entre dois cursos d'água, e outros ainda, havendo, portanto, facilidades de abastecimento desse líquido, sem que seus habitantes

tivessem que se afastar muito; a inundação periódica das várzeas vizinhas transformando a colina em uma quase ilha, e defendendo-a portanto.

O mesmo diz Aroldo de Azevedo (1961), quando afirma que as razões que levaram ao início do povoamento se relacionam à posição do sítio. Esta foi escolhida por possuir vantagens de defesa, já que, para a época, era importante um posicionamento estratégico dentro do sítio e as condições do relevo da então vila paulista eram favoráveis (Figura 6) e a Vila de São Paulo era como uma fortificação que dominava a várzea do rio Tamanduateí. Posicionada no alto de uma colina, constituía-se como uma acrópole, nos termos do autor. Além disso, era uma área dotada de uma rede hidrográfica que também lhe era estratégica. Desse modo, o sítio possuía bases geográficas que, por sua “energia”, o homem soube aproveitar.

Figura 6 - São Paulo – Vila Fortificada



Fonte: AZEVEDO, A., 1961, p.20. Desenho de Belmonte.

Nos primeiros tempos da colonização, era fundamental a proximidade com rios e a situação do sítio de São Paulo, aponta Caio Prado (1935, p. 21), em relação ao sistema hidrográfico do planalto, colocava-o numa condição privilegiada, uma vez que “[...] representam a melhor e mais utilizada via de comunicação”, já que o transporte dava-se por canoas e havia importantes portos como o Porto Geral, atual área central da cidade (Figura 7). Por esse motivo, no início, o povoamento procurou se estabelecer nas margens dos rios para usufruir “dos caminhos naturais e do fácil acesso”.

Figura 7 - Porto geral de São Bento. Nota-se o mosteiro de São Bento tendo em primeiro plano o rio Tamanduateí e a rua 25 de Março



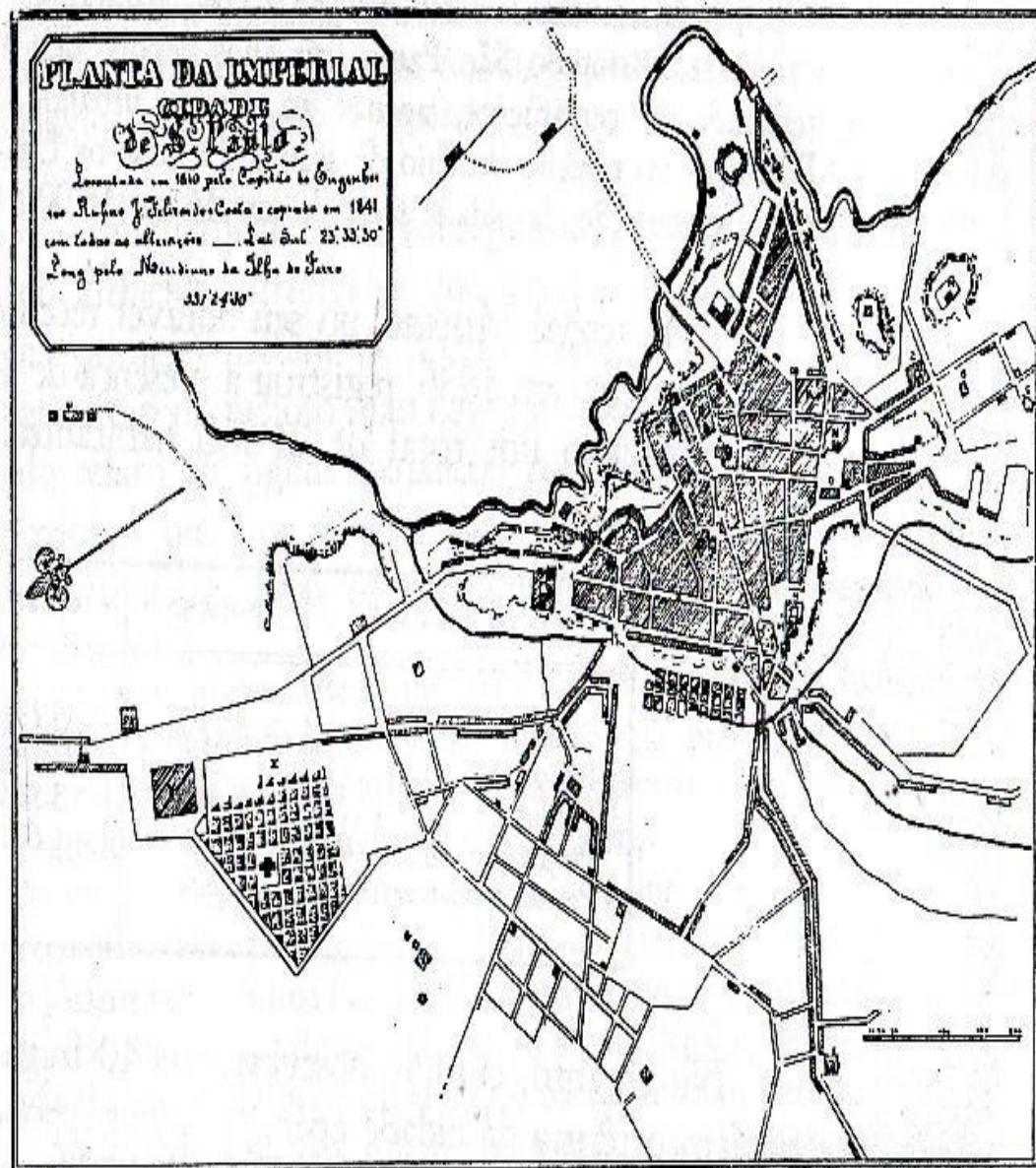
Fonte: Fotografia de Militão de Azevedo, 1862. Disponível em <https://culturageralsaibamais.wordpress.com/2009/12/21/o-porto-geral/>. Acesso em 05/07/2015.

A Figura 8, produzida por Rufino J. Felizardo e Costa, mostra a planta de São Paulo na primeira metade do século XIX. Nela, nota-se que a cidade se concentrava na colina histórica, entre o Tamanduateí e o Anhangabaú.

Os autores atribuem às características físicas e a situação do sítio papel fundamental para o desenvolvimento de São Paulo e sua preeminência, entretanto, ocultam em suas análises, a importância do elemento humano na figura do indígena. Os indígenas, como

conhecedores dos caminhos terrestres e fluviais, foram imprescindíveis para o sucesso da fundação de São Paulo. Assim, é importante elucidar que os fundadores de São Paulo ao se estabelecerem no sítio se beneficiaram e se aproveitaram do conhecimento que o indígena tinha sobre os lugares.

Figura 8 - Planta da cidade de São Paulo de 1810, reproduzida em 1841



Fonte: MATOS, Odilon Nogueira (1958, p. 52).

Ainda, sob a ótica da geografia física, o autor afirma que, além de tais vantagens, as margens ofereciam “maior fertilidade das terras, abundância de água e facilidade para obtenção do peixe, gênero de grande importância na alimentação da época” (PRADO

JÚNIOR, 1935, p. 22). Assim, nos primórdios de São Paulo, as margens dos rios constituíam elemento vital para o estabelecimento e a manutenção da vila.

Além dessa circunstância física que explicaria as causas da preeminência de São Paulo, o autor nos revela mais um fator geográfico: o relevo. Este se constitui num benefício por possuir três passagens importantes para a colonização do planalto: para nordeste, pelo Vale do Paraíba; para o norte, por Campinas e Moji Mirim; e para oeste e sul, por Sorocaba e Itapetininga. Esses vales constituíam-se em passagens por apresentarem aberturas de relevo mais planas, que facilitavam o transporte em lombo de burro utilizado na época. As três passagens convergem para São Paulo, formando um verdadeiro “nó neste sistema topográfico”, e é nelas que se estabelece o povoamento e se desenvolve a colonização¹⁶. (PRADO JÚNIOR, 1935, p. 26).

Desse modo, o autor afirma que os fatores geográficos naturais foram decisivos para o desenvolvimento da colonização, já que rede hidrográfica e relevo se combinam de maneira a ser determinantes para a expansão demográfica paulista, dando a São Paulo “a primazia do centro do povoamento do planalto” (PRADO JÚNIOR, 1935, p. 26).

Ademais, por meio do viés de análise das características físicas, o autor explica que São Paulo se tornou o centro de intercâmbio. Fato que lhe conferiu a condição de preeminência na era colonial, pois, segundo Caio Prado (1935, p. 27):

Como se vê, através de toda a história colonial da capitania, São Paulo ocupa o centro do sistema de comunicações do planalto. Todos os caminhos, fluviais ou terrestres, que cortam o território paulista vão dar nele e nele se articulam. O contato entre as diferentes regiões povoadas e colonizadas se faz necessariamente pela capital. O intercâmbio direto é impossível.

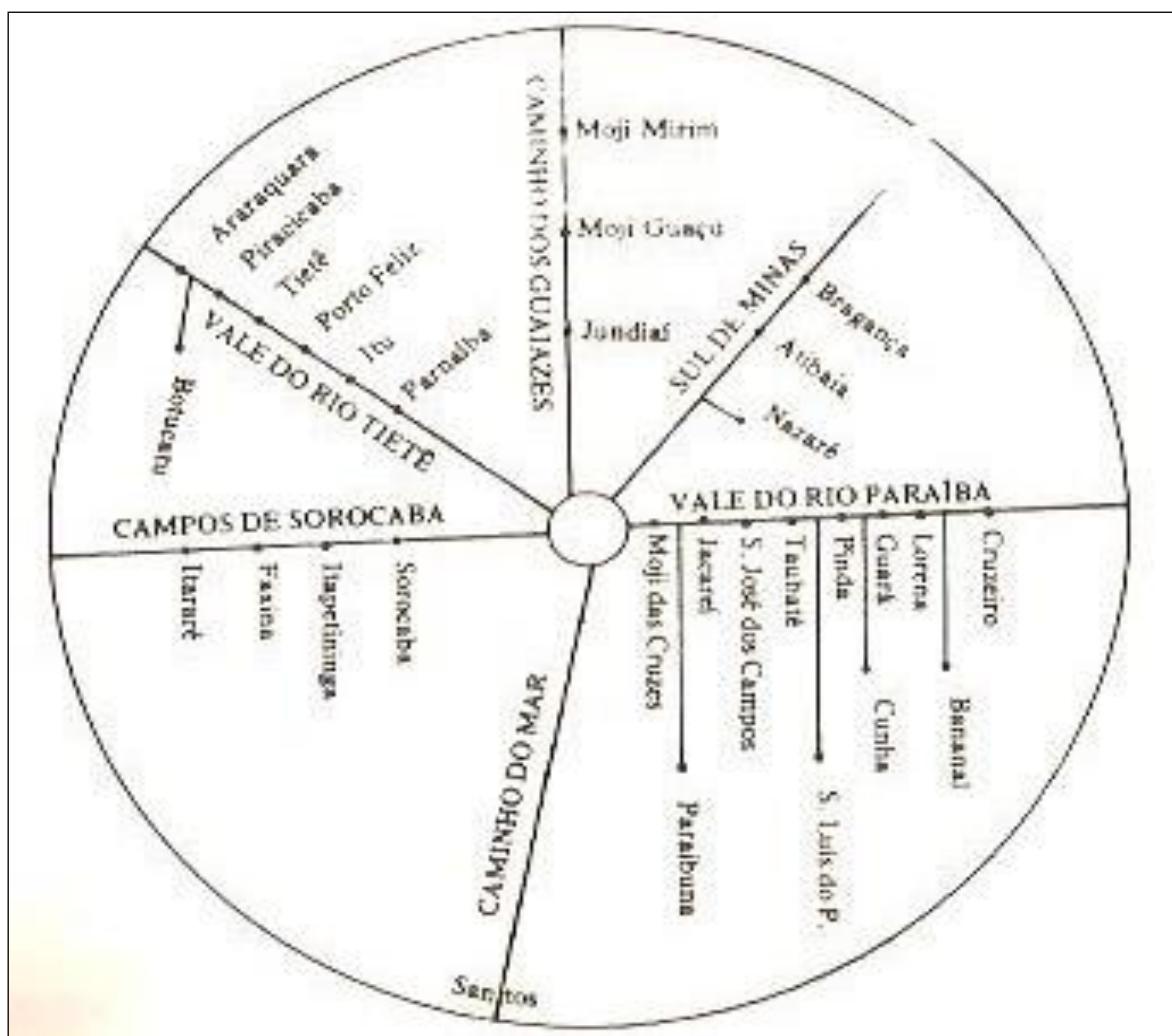
Albert Demangeon¹⁶, (1927 apud VANCONCELOS, 1999, p. 116), ao estudar a cidade de Londres, também realizou uma análise a partir do enfoque natural ao explicar que o desenvolvimento de Londres teria sido realizado em função do vale do Tâmisa e sua margem, dois elementos topográficos que constituíam o seu sítio.

b) Razões para o crescimento da cidade

¹⁶ DEMANGEON, Albert. Illes Britanniques. In: DE LA BLACHE, Vidal, GALLOIS (Dir.). *Géographie universelle*, 1927. t. 1, 320 p.

Para Caio Prado, as razões do crescimento da cidade também se explicam pela constituição física de seu sítio, pois São Paulo surge desde o início da colonização como o centro de uma encruzilhada, sendo o “ponto intermediário” entre planalto e litoral, já que para chegar de um a outro desses lugares, era necessário trilhar o Caminho do Mar. Logo, obrigatoriamente, era necessário passar por São Paulo (PRADO JÚNIOR, 1935), como ilustra a Figura 9 elaborada por Caio Prado representando as estradas principais e o povoamento.

Figura 9 - São Paulo - centro de convergência de caminhos



Fonte: PRADO JÚNIOR (1935, p. 30).

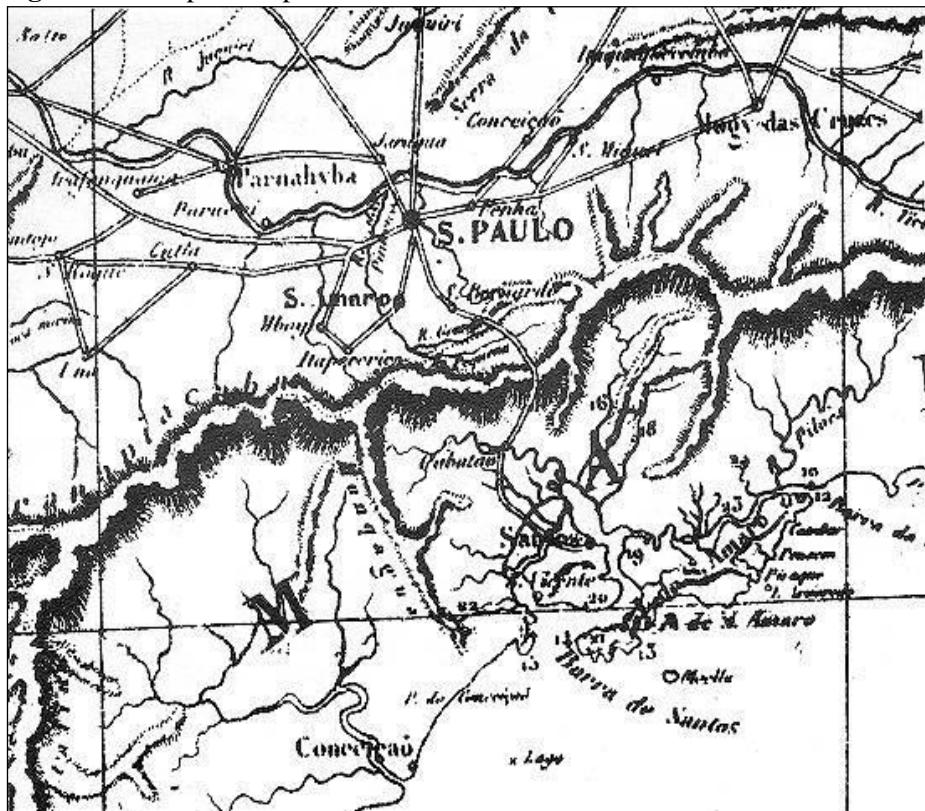
Azevedo (1961) assim como Caio Prado atribui às características físicas de São Paulo importância para o crescimento da cidade, pois São Paulo se constitui em um centro de convergência e de irradiação de caminhos. Diante disso, houve um fortalecimento no intercâmbio com outras zonas, cessando o isolamento do planalto.

Além disso, São Paulo é vista pelo autor como escala obrigatória de comunicação entre o planalto e o litoral. Ligação que favorece o intercâmbio pelo qual São Paulo se beneficia em razão de estabelecer conexão com o litoral, constituindo uma unidade que, no sistema econômico da capitania, assume funções conexas, como explica Caio Prado (1935, p. 31):

Desde logo, há entre estes dois núcleos, São Paulo e Santos, uma ação recíproca permanente, e a importância de um se projeta fatalmente sobre o outro. Ambos se completam, e no sistema econômico da capitania satisfazem cada qual uma destas funções conexas e inseparavelmente ligadas: centro natural do planalto e porto marítimo. [...] A configuração geográfica do território apartou estas funções. O Caminho do Mar que as articula, restabelecendo a unidade que necessariamente as deve englobar, tira daí toda sua considerável importância. E o sistema *São Paulo-Caminho do Mar-Santos* torna-se o eixo, a base do organismo econômico da capitania.

A Figura 10, confeccionado por Daniel Pedro Muller (1837) serve para ilustrar o percurso da estrada de São Paulo a Santos.

Figura 10 - Mapa da capitania de São Paulo



Fonte: <http://www.novomilenio.inf.br/santos/mapa22.htm>. Acesso em 28/05/2015.

Em sua análise, a dinâmica econômica estabelecida pelo intercâmbio entre o litoral e o planalto paulista, é condicionada pelo caminho do mar. Assim, na visão do autor, a

configuração do relevo, que tem a serra do mar como um obstáculo que separa o planalto do litoral, foi superado pela existência de um caminho que possibilitou a conexão. Ao explicar a importância dessa conexão, dialoga com a Geografia Clássica na medida em que emprega termos como “sistema”, “funções” e “organismo”. O caminho do mar seria o responsável pelo funcionamento de um sistema cujas partes constituintes realizariam determinadas funções. Em seguida, afirma que esse sistema é à base do “organismo econômico da capitania”, aproximando-se de uma visão naturalista para explicar a cidade, perspectiva adotada pelos geógrafos de seu tempo.

Com efeito, esse viés naturalista do autor pode ser verificado, como já mencionamos, em estudos anteriores, pois, segundo Abreu (1994), os trabalhos realizados pelos geógrafos franceses do início do século refletem de forma clara o viés naturalista imposto ao estudo geográfico das cidades. Entre esses estudos, destacam-se Jean Brunhes¹⁷ (1912 apud ABREU 1994, p. 203), que tratou a cidade como um organismo vivo aplicando os métodos comparativos das ciências da observação e o estudo de Blanchard¹⁸ (1911 apud ABREU, 1994, p. 203), para o qual as condições físicas do sítio como explicação da origem e do desenvolvimento da cidade seriam a ideia essencial do estudo das cidades.

De acordo com Caio Prado (1935), no final do século XVIII, de São Paulo se irradiavam caminhos que indicavam as artérias principais do sistema de viação da capitania e também os eixos em torno dos quais se condensava a população do planalto. Essa passagem reforça a ideia de cidade como um organismo, demonstrando o viés naturalista do qual o autor compartilhava. A relação entre os “caminhos” e as “artérias” remete a uma conotação biológica difundida nos trabalhos realizados pela Geografia Clássica. Além disso, a importância dada à situação da cidade em relação às vias de comunicação e aos caminhos remete ao estudo geográfico de Ratzel que, segundo Abreu (1994), enfatizou o papel desempenhado pelas vias de comunicação através da história a partir do conceito de situação.

Quando passa a analisar o século XIX, onde se inicia uma nova fase da história paulista e da colonização do planalto, Caio Prado faz menção do conceito de região. Em razão disso, explica que São Paulo retoma suas feições agrícolas e, enquanto a região mineradora perde importância, o estado, favorecido pelas novas condições econômicas do país em virtude de sua emancipação política, entra num período de crescimento econômico.

O conceito de região é usado ainda para reforçar a importância de São Paulo como centro de ligação, uma vez que as linhas férreas seguiram os antigos caminhos e extravasaram

¹⁷ BRUNHES, Jean. *La Géographie humaine*. Paris, Alvan, 1912, p. 187-188.

¹⁸ BLANCHARD, R. *Grenoble, étude de géographie urbaine*, Paris, Colin, 1911, p. 5.

os limites do território paulista, invadindo outros estados. A partir da análise do movimento de expansão da capital paulista, Caio Prado (1935) aponta que a cidade se afirma como centro, assim como a sua preeminência. Paralelamente a esse processo, o sistema ferroviário se constitui e de São Paulo irradiam as novas vias de comunicação.

Nesse viés, as estradas de ferro, para o autor, ganham destaque em razão de terem contribuído ao desenvolvimento econômico da região paulista. Esse fator seria mais um elemento de fortalecimento econômico de São Paulo. Assim, São Paulo se transformou no centro que ligava importantes zonas, como o Triângulo Mineiro e o norte do Paraná. Por isso, essas regiões, consequentemente, se tornavam, obrigatoriamente, tributárias a São Paulo, já que era necessário passar por ali.

O último fator que completa a hegemonia paulista é a localização das indústrias que, preferencialmente, devido à situação de São Paulo, se localizavam na capital (PRADO JÚNIOR, 1935).

Sobre esse aspecto, o autor ressalta mais uma vez a situação em que São Paulo se encontrava como elemento condicionante para localização do fator indústria. A presença desse fator, de acordo com sua perspectiva, explica a hegemonia paulista, uma vez que a preferência das indústrias por São Paulo se deveu à localização de maiores vantagens, pois a capital estava numa condição que comandava todas as zonas ao mesmo tempo, além de estar próxima ao porto de Santos. Dessa forma, São Paulo oferecia comunicações facilitadas entre os mercados consumidores, o centro importador da matéria-prima e o aparelhamento industrial. Para explicar a condição para o surgimento da indústria como fator geográfico, portanto, desenvolve uma análise a partir de uma visão naturalista, pois a localização da indústria teria sido condicionada, principalmente, por fatores de ordem física.

Tabela 3 - Indústria de transformação: concentração de São Paulo em nível de ramos (%) (1919 a 1949)

Ramos industriais	1919	1939	1949
1. Minerais não-metálicos	55,6	44,6	50,8
2. Metalúrgica	48,5	34,2	49,5
3. Mecânica		69,7	70,4
4. Mat. elétrico e comunicação	-	60,2	78,8
5. Mat. Transporte	48,8	85,4	70,8
6. Madeira	21,8	23,4	27,0
7. Mobiliário	26,7	41,0	49,3
8. Papel e papelão		39,4	55,7
9. Borracha		35,5	84,0
10. Química	29,1	44,3	70,5
11. Prod. farmac. e medicinais			46,6
12. Prod. perf., sabões e velas			37,0
13. Prod. de Mat. Plásticas	-	...	85,0
14. Couros e peles	32,2	29,4	31,5
15. Têxtil	38,6	51,2	55,3
16. Vestuário e calçados	41,0	44,0	48,2
17. Prod. Alimentares	26,9	25,1	35,3
18. Bebidas		38,7	41,2
19. Fumo		33,6	39,9
20. Editorial e gráfica	...	37,5	41,6
21. Diversas	47,2	50,2	57,9
22. Total	33,8	40,7	48,9

(-) Dados inexistentes.
(...) Dados desconhecidos.

Fonte: Cano (2007, p. 103).

Fonte: CANO (2007 apud SILVA, 2009, p. 19). Disponível em:
http://www.geografia.fflch.usp.br/inferior/laboratorios/agraria/Anais%20XIXNEGA/artigos/Silva_WG.pdf. Acesso em 28/05/2015. Adaptação:
 Cintia Soares.

Maximilien Sorre¹⁹ (1929 apud VASCONCELOS, 1999, p. 121) discute também a relação entre cidade e indústria em “Cidade e os gêneros de vida industrial”, demonstrando que a proximidade das matérias primas, dos lugares de produção de energia, a densidade populacional e a confluência de estradas favoreciam o progresso das cidades e a criação de estilos de vida relacionados à indústria, denominados por ele como “gêneros de vida industriais”.

É interessante notar que Caio Prado observa que a localização das indústrias se deve à disponibilidade natural de melhor infraestrutura do local, enquanto Goldenstein e Seabra (1982) por outro lado, explicam essa disponibilidade como uma consequência política e econômica. De acordo com esses autores, a existência de vários mercados regionais de consumo com distintos significados decorre da existência de vários focos autônomos de acumulação, pela especificidade de acumulação do capitalismo. Condição que levaria as

¹⁹ SORRE, Maximilien. Les conditions géographiques générales du développement urbain.. *Bull. De la Soc. De Géog. De Lille*, n. 4, p. 192-207, 1929.

indústrias a se estabelecerem nas principais cidades do país. Sobretudo aquelas cidades que possuíam infraestrutura para importação e distribuição de mercadorias. Por sua vez, tais condições propiciaram a acumulação na própria indústria.

Ainda, sob uma perspectiva econômica, os autores demonstram que, no final do XIX e início do XX, já estavam criadas as condições internas e externas para o desenvolvimento da indústria de fábrica. Nesse período, do capitalismo industrial, o Estado assume o papel de motor da acumulação geral do capital no país.

A implantação de variados ramos produtores de bens intermediários e de capital que caracterizava essa nova fase do desenvolvimento industrial concentrou-se, segundo os autores, particularmente, em São Paulo (Tabela 3).

Segundo Goldenstein e Seabra (1982), as razões que levaram à concentração nessa área do país são de natureza econômica, mas também se devem à atuação política da burguesia industrial dentro do aparelho do Estado. Contexto que Caio Prado não contempla em seu estudo, sobretudo, porque ele era um homem de seu tempo. Assim, na década de 1930, o autor, contemporâneo do período, não observou que São Paulo representava o meio-urbano favorável à implantação de novas indústrias.

Além disso, a implantação de ramos de bens de consumo e de obras de infraestrutura e construção civil no sudeste representou uma significativa “divisão inter-regional do trabalho”, revelando uma redivisão do trabalho no interior do próprio sudeste, em razão da intensa concentração industrial em São Paulo (GOLDENSTEIN; SEABRA, 1982, p. 30).

Outra questão importante a destacar sobre o estudo de Caio Prado (1935) é a visão de naturalização da economia. Todo o processo que levou ao progresso de São Paulo em relação a outras regiões se deveu porque era natural. Portanto, para o autor, o desenvolvimento atual de São Paulo é facilmente explicável, pois se constitui como a função do progresso da parte mais rica do Brasil, exercendo o papel de centro econômico natural e necessário.

Entretanto, se faz necessário atualizar essa estrutura de pensamento, pois ele é um produto de uma época e, mais recentemente, outras interpretações mostraram a necessidade de considerar a relação de São Paulo na totalidade da economia capitalista brasileira. Essas interpretações de produção crítica concebem o capital como categoria de análise determinante no estudo da cidade. Nessa perspectiva mais crítica, comenta Abreu (1994, p. 272-273):

O engate teórico que se estabelece é que o espaço urbano, por ser um produto social e histórico, só pode ser compreendido a partir de sua articulação com as determinações mais gerais que regem o modo de produção capitalista na fase atual, isto é, a partir de sua articulação com os processos de produção e de reprodução (ampliada) do capital monopolista. Essa articulação, entretanto, não é linear, isto é,

embora seja produto do processo produtivo, o espaço urbano constitui-se também condição geral desse mesmo processo, razão pela qual poderá vir a facilitá-lo ou, então, tornar-se obstáculo à sua realização.

Ainda, de acordo com uma interpretação mais próxima de nosso tempo, Goldenstein e Seabra (1982) nos mostram que o desenvolvimento da cidade de São Paulo se deveu porque, sob o capitalismo concorrencial, as regiões apresentavam diferenças quanto à forma de reprodução do capital e nas relações de produção, desse modo,

A dimensão territorial do país e as condições históricas de sua valorização no período colonial e de capitalismo concorrencial produziram no Brasil regiões que, nas primeiras décadas do século XX, apresentavam diferenças marcantes no que diz respeito às formas de reprodução do capital e, consequentemente, também nas relações de produção (GOLDENSTEIN; SEABRA, 1982, p. 28).

Outro ponto a destacar no artigo de 1935 de Caio Prado com relação ao crescimento da cidade e a localização da indústria é a ideia de função, muito discutida na produção geográfica. Ao tratar da função urbana de São Paulo, o autor demonstra uma análise a partir da perspectiva que vincula a indústria à criação de novas funções na cidade quando passa a explicar que o surgimento da indústria acarretou no aparecimento de uma nova função urbana que passaria de comercial para industrial. Assim, de acordo com sua análise, o fator indústria possibilitou a expansão urbana com o surgimento de novos bairros, relacionando, assim, indústria com urbanização. A ocupação desses bairros, no entanto, ocorreu de acordo com as características físicas do relevo. A determinação geográfica aparece ainda, de acordo com o pensamento do autor, na medida em que ocorre uma divisão de classes na ocupação dos terrenos. Uma vez que, enquanto a classe média e os mais abastados se fixaram nas partes altas, os primeiros bairros operários ocupavam as terras mais baixas, até que, ao final do XIX, a expansão atingiu o espinho-divisor. Corroborando essa visão, Azevedo (1961) traça uma análise sobre a expansão urbana e o aparecimento de novos bairros de acordo com o determinismo geográfico.

Com a mesma perspectiva de análise, Schrader²⁰ fez a ligação do crescimento da industrialização na Europa e na América, que teria ocasionado “um desenvolvimento rápido da vida urbana e as condições desta vida urbana foram bastante modificadas” (SCHRADER 1917 apud VASCONCELOS, 1999, p. 102).

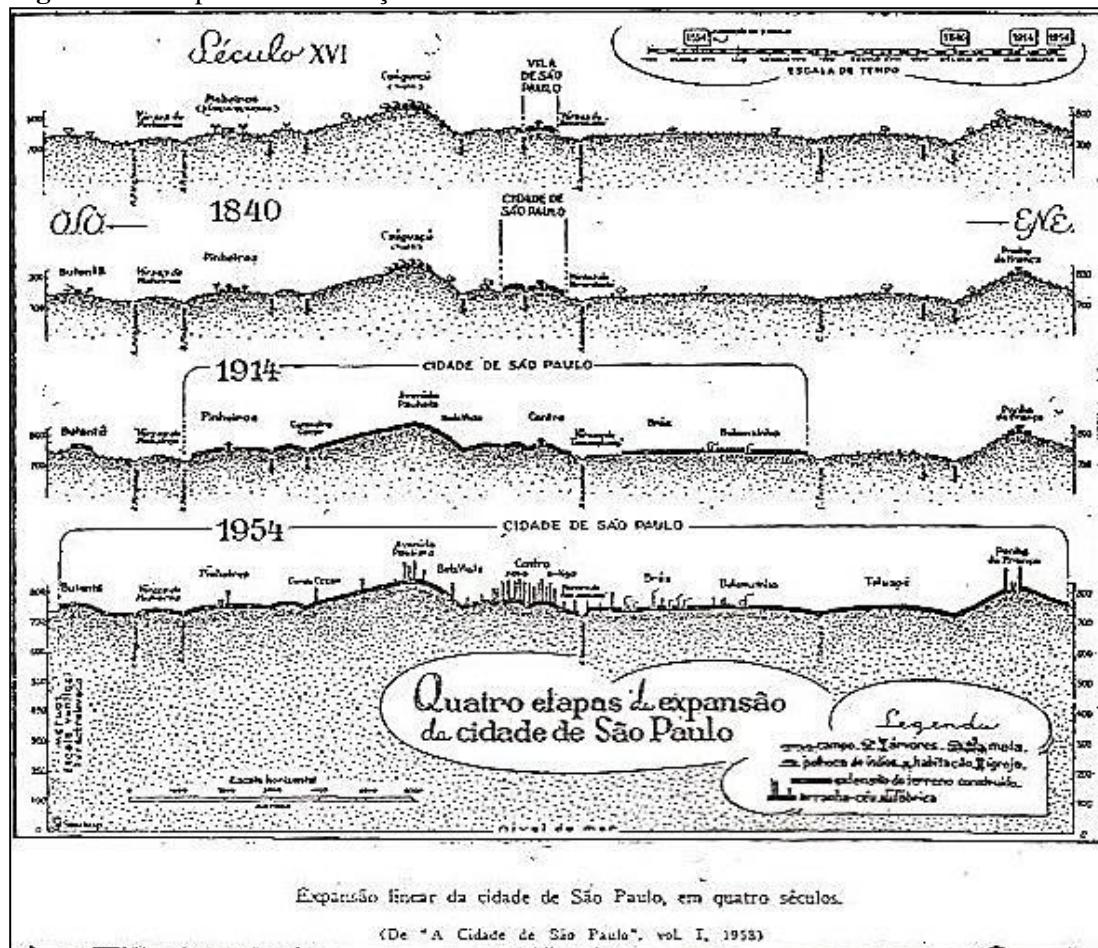
²⁰ SCHRADER, F. L'Evolution des cités: A propos d'ouvrages récents. *Annales de Géographie*, 26 (01/1917), p. 1-14

2.2.2 Contribuição para a geografia urbana da cidade de São Paulo (1941)

Alguns anos mais tarde, em outro artigo denominado Contribuição para a Geografia Urbana da Cidade de São Paulo, analisando o que contribuiu para a importância de São Paulo, o autor inicia seu estudo com um problema – São Paulo apresenta um paradoxo: a cidade se constituiu como um grande centro urbano moderno, na época, com aproximadamente dois milhões de habitantes. Porém, esse grande centro situa-se numa região desfavorecida pela natureza e se encontra isolada num “quase deserto” dentro de um raio de dezenas de quilômetros, com a exceção de pequenas vilas e povoados pobres situados aqui e ali, onde, segundo o autor, “[...] apenas se esboça uma vida que o poderoso influxo da própria aglomeração paulistana não podia deixar de provocar” (PRADO JÚNIOR, 1941, p. 38).

A Figura 11 é um esquema representativo da expansão linear de São Paulo em quatro séculos. Nesse esquema é possível observar a urbanização pontilhada, alternada por faixas vazias.

Figura 11 - Etapas da urbanização da cidade de São Paulo



Fonte: AZEVEDO, A. de, (1961, p. 14).

Buscando aporte na geografia física, o autor procura explicar que o isolamento da cidade de São Paulo se deveu porque a cidade se estabeleceu dentro de um círculo de vazios causados pelas circunstâncias naturais: natureza agreste, terras pobres e relevo acidentado (PRADO JÚNIOR, 1941).

Entretanto, o desenvolvimento de São Paulo não poderia mais ser explicado por fatores de natureza física, como no artigo anterior. O autor percebeu que também havia outros fatores envolvidos. Além da ação consciente do homem, somada às condições geográficas naturais, a preeminência de São Paulo se deveu a determinações econômicas e à atuação da política burguesa industrial dentro do aparelho do Estado. Nesse momento, é possível notar que o autor começa a incorporar o fator econômico, de maneira preponderante, na análise da formação da cidade. Distanciando-se, desse modo, da abordagem desenvolvida no artigo *O Fator Geográfico na Formação e no Desenvolvimento da Cidade de São Paulo*, ligada à monografia urbana, que privilegiava apenas a descrição das formas materiais em detrimento da vinculação dos processos sociais na formação ou no desenvolvimento da cidade, como bem explica Abreu (2002, p. 46) sobre o trabalho ligado à monografia urbana:

Disso resultava um trabalho rico em termos de descrição da paisagem, correto quanto ao tratamento cartográfico e estatístico, preciso no estabelecimento de relações entre os condicionantes naturais e o objeto material que era a cidade, mas deficiente no que toca à compreensão dos processos sociais que afi tinham lugar. Era como se o mundo do social não pertencesse à geografia, a não ser quando se concretizasse materialmente na paisagem.

Assim, é possível apontar, no pensamento de Caio Prado, uma mudança na ideia de cidade. Nesse momento a cidade passa a ser compreendida, também, a partir dos processos sociais que a conferiam dinâmica, embora a análise da forma material visível na paisagem não tenha sido completamente descartada em seu estudo.

Em razão disso, é possível inferir que, para o autor, a preeminência de São Paulo, nesse momento, se deveu a determinações econômicas e à atuação da política, isso porque, quando escrevia seu artigo, São Paulo estava inserida no processo pelo qual a industrialização estava sendo alimentada pelo Estado, fortemente centralizado, por meio da institucionalização das condições para o seu desenvolvimento. A criação dessas condições institucionalizadas favorecia a própria concentração no Sudeste, o que refletiu na “participação direta na produção industrial em setores situados estrategicamente nas relações inter-regionais”. Assim, ao findar essa etapa, a geração da renda nacional estava a cargo da indústria, que também

passava a desempenhar o papel de “motor de acumulação geral”. (GOLDENSTEIN; SEABRA, 1982, p. 31).

No artigo de 1941 é possível observar, portanto, algumas novidades no pensamento do autor em relação ao artigo de 1935. Entretanto, não podemos deixar de apontar que a visão naturalista e empirista ainda é presente em seu estudo. Assim como certo “ecletismo”, pois estabelece um contínuo diálogo com a produção da geografia internacional; passando por Ratzel, La Blache e teóricos da Escola de Chicago. A novidade, sem dúvida, fica a cargo do marxismo que, conforme discutido em outro capítulo, foi adaptado à realidade brasileira. Para tentarmos entender essa perspectiva de pensamento que procura abarcar a totalidade, destacamos alguns temas tratados por Caio Prado, como a distribuição do povoamento e a expansão da cidade; o papel da industrialização e a urbanização; estrutura interna; a especulação imobiliária; e o papel central da cidade.

a) A distribuição do povoamento e a expansão da cidade

Analizando a distribuição do povoamento, o autor diz ser possível verificar que a estrutura geo-humana no território paulista “ainda reflete muito um tal fato, em faixas radiantes”, ou seja, essa estrutura, observável na paisagem, se dá por faixas mais ou menos largas que irradiam da capital e que formam eixos em torno dos quais se agrupa a população. Então, para Caio Prado (1941, p. 42):

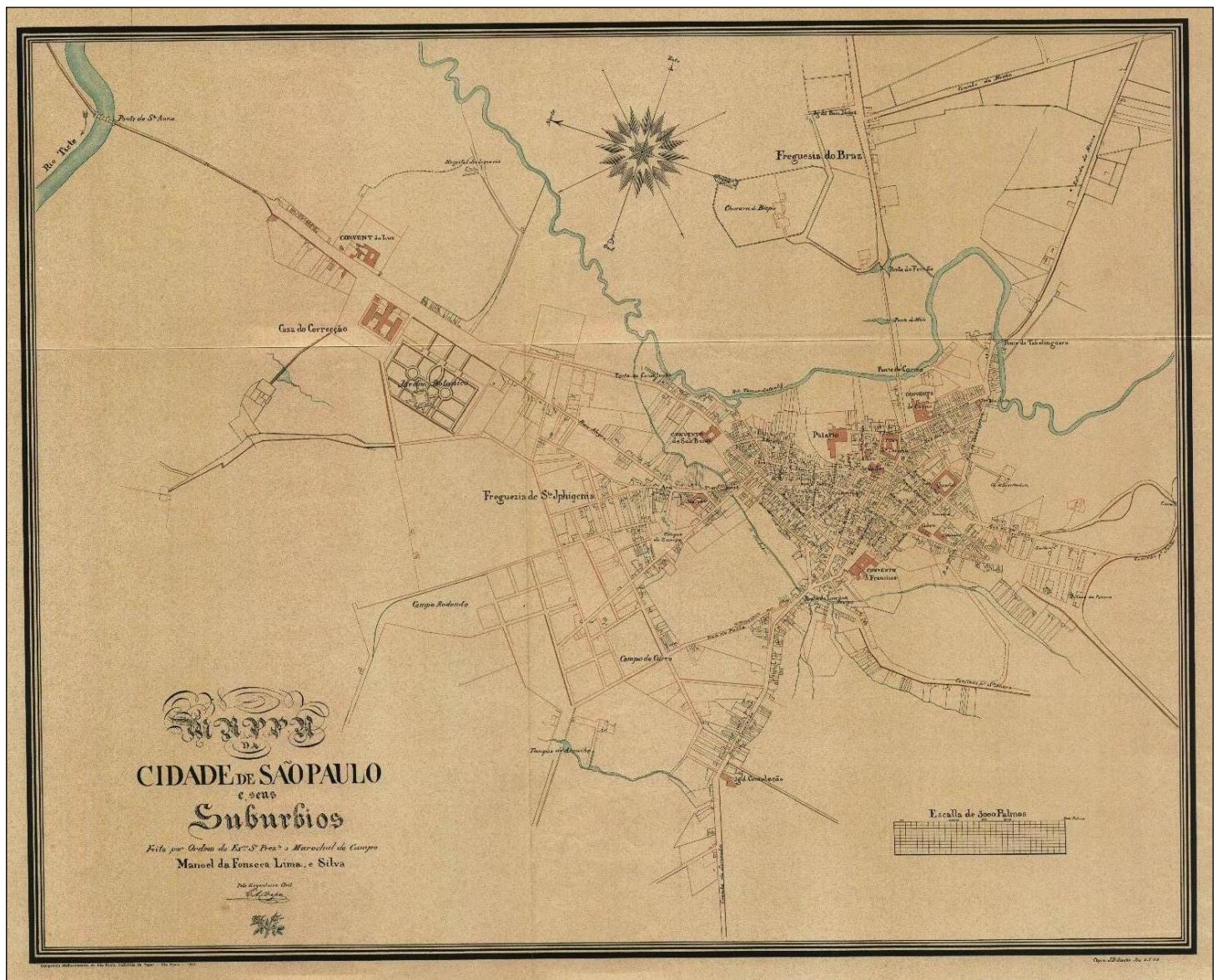
Não se difundiu por contiguidade e por anéis concêntricos; nem as populações que o ocupam enxamearam por ele ao acaso de circunstâncias locais favoráveis. A distribuição do povoamento paulista se fez de acordo com uma regra geral que tem sido até hoje invariável, e que consiste numa progressão, a partir de um centro, que é justamente a região ocupada pela capital, por linhas que penetram o interior em várias direções.

Ou seja, de acordo com a visão do autor, ocorreu uma progressão a partir do centro que, em linhas, penetra o interior em várias direções. Essa estrutura demográfica é explicada de acordo com o viés naturalista, pois, para o autor, a configuração do próprio território paulista, em conjunto com ações de outros fatores naturais, foi responsável por essa característica.

Tal progressão apontada pelo autor, partindo do centro, foi se expandindo com a ampliação dos limites da mancha urbana (Mapa 4, Mapa 5 e Mapa 6). A configuração da cidade, nesse processo, foi dividida por bairros pontilhados por lugares vazios (Mapa 7). Nos

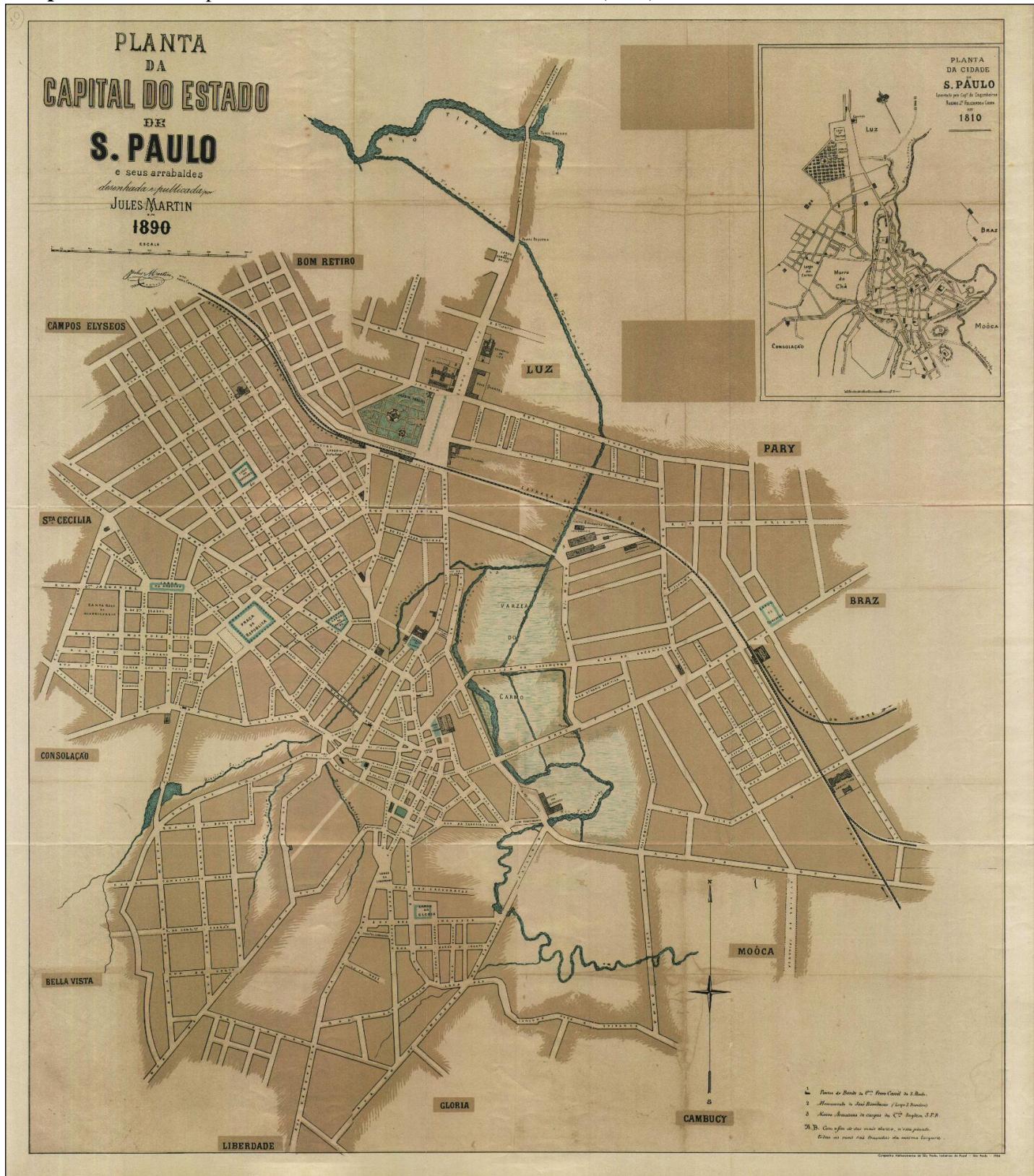
anos 40 os limites da cidade já estavam bastante ampliados, com bairros novos e adensados, assim como as vias de transportes (Mapa 8).

Mapa 4 - Mapa da cidade de São Paulo e seus subúrbios -1844/47 – C. A. Bresser reproduzida em 1918



Fonte: São Paulo (SP). Comissão do IV Centenário da Cidade, 1954.

Mapa 5 - Planta da capital do estado de São Paulo e seus arredores (1890)



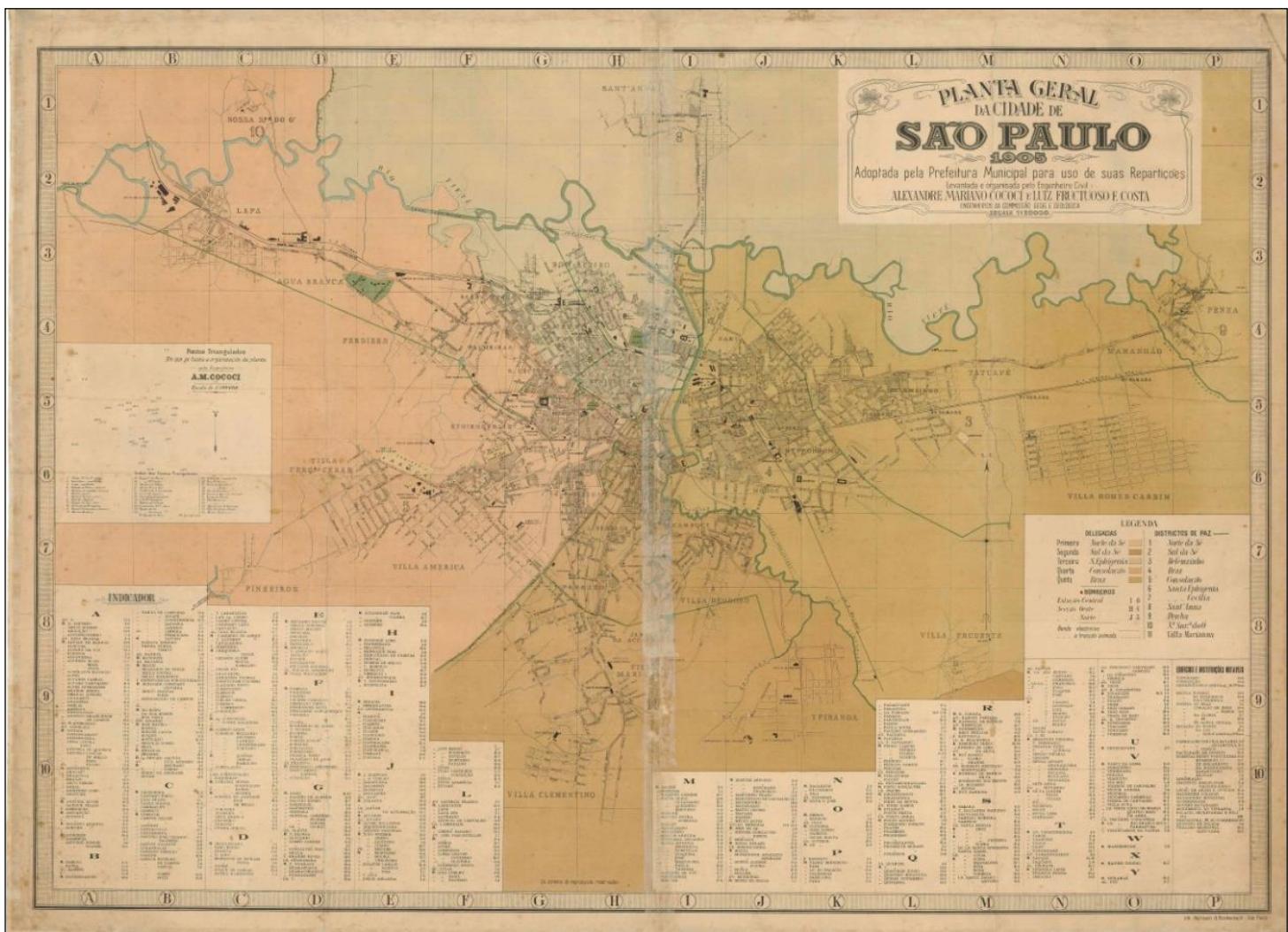
Fonte: São Paulo (SP). Comissão do IV Centenário, 1954). Álbum São Paulo Antigo; Plantas da Cidade.

Mapa 6 - Planta da cidade de 1895



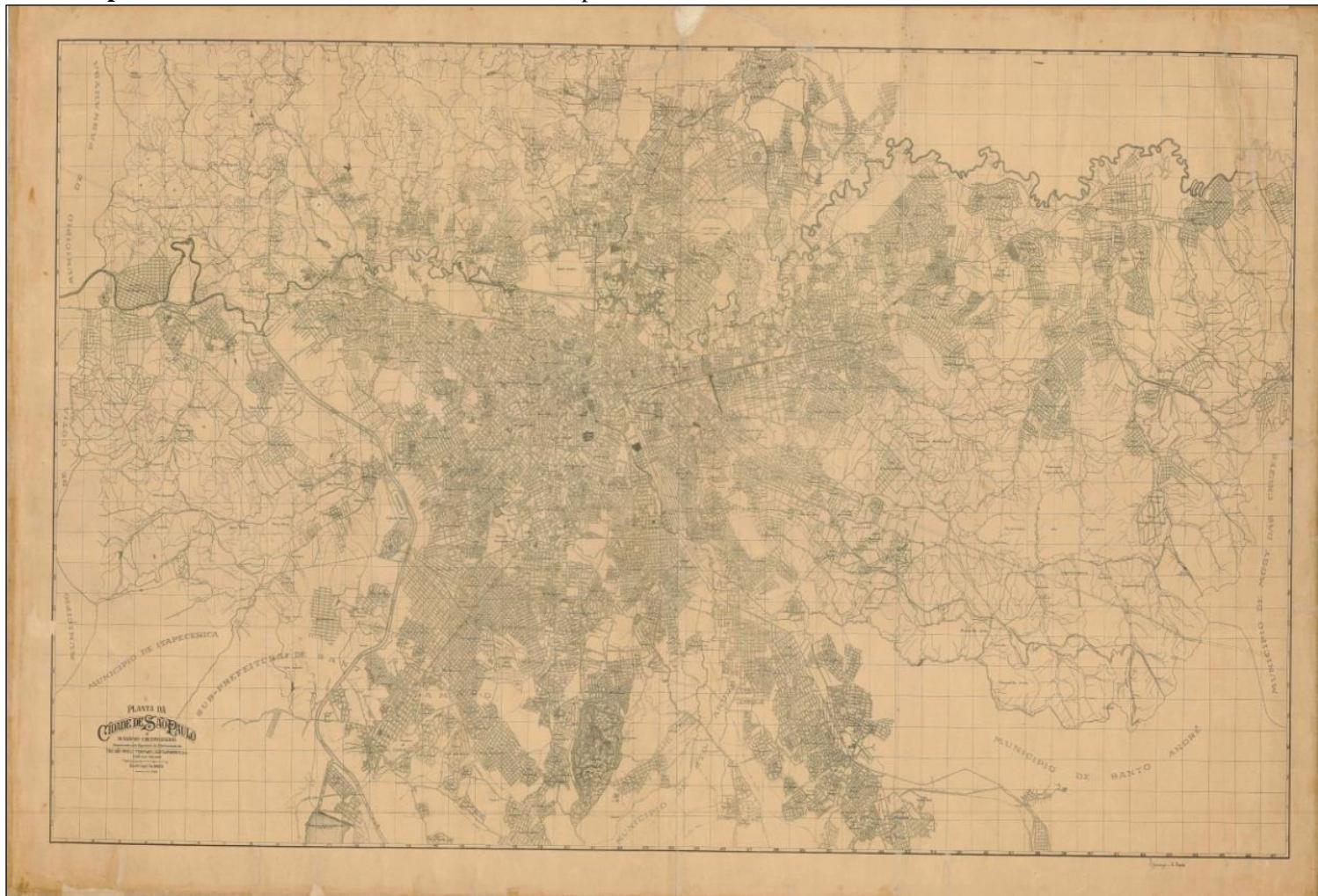
Fonte: São Paulo (SP). Comissão do IV Centenário, 1954. Álbum São Paulo Antigo; Plantas da Cidade.

Mapa 7 - Mapa geral da cidade de São Paulo (1905)



Fonte: São Paulo (SP). Comissão do IV Centenário, 1954. Álbum São Paulo Antigo; Plantas da Cidade.

Mapa 8 - Planta da cidade de São Paulo e municípios circunvizinhos 1943



Fonte: http://smdu.prefeitura.sp.gov.br/historico_demografico/img/mapas/1943.jpg. Acesso em 28/05/2015.

Assim, a sua perspectiva demonstra que a capital se situa no centro de irradiação de onde saem leques de faixas, constituídas cada qual por sua própria linha de estrada de ferro e de rodagem. Por conta dessa estrutura, a capital se apresenta em um nó “onde se articulam todas as vias de comunicação, e para onde se volta, portanto, toda a vida do Estado” (PRADO JÚNIOR, 1941, p. 48). A cidade, assim, é colocada como um centro de irradiação.

Além disso, a ideia de “faixas radiantes” levantada pelo autor é uma questão trabalhada pela Escola de Chicago, que na época disputava espaço com a monografia urbana disseminada por Monbeig no Brasil²¹. Apesar do pensamento de Caio Prado conter elementos da escola francesa, também é possível notar a presença de algumas ideias propagadas pela

²¹ Segundo Abreu: “Há indícios que apontam para um elemento de disputa teórico-metodológica na discussão que se realizava sobre a cidade nos meios universitários brasileiros por volta de 1940. De um lado, Monbeig (ligado à USP) defende a monografia urbana. De outro, a ecologia humana tenta penetrar no país, propondo uma abordagem nova, processual. Seu grande arauto era Donald Pierson, que, desde fins de 1939, também estava em São Paulo [...]”.

Escola de Sociologia Urbana de Chicago. O geógrafo Sten de Geer²², mesmo não sendo enquadrado diretamente na Escola de Chicago, trabalhou com conceitos que balizaram o pensamento dessa escola, como os de forma, função e estrutura. (VASCONCELOS, 1999).

Outra questão que pode ser levantada como indício de um diálogo de Caio Prado com as ideias da Escola de Chicago refere-se à passagem: “não se difundiu por contiguidade e por anéis concêntricos” (PRADO JÚNIOR, 1941, p. 42). Ao tentar explicar a estrutura do povoamento, verifica que a teoria de círculos concêntricos não se confirma no caso da cidade de São Paulo. O termo anéis concêntricos é um elemento teórico difundido por aquela escola de pensamento. O esquema concêntrico foi apresentado pela primeira vez em uma conferência por Ernest W. Burgess²³ em estudo que abordava a expansão como processo. Burgess ilustrou os processos de expansão propondo traçar uma série de “círculos concêntricos indicando zonas sucessivas de extensão urbana como tipos de áreas diferenciadas²⁴” (BURGESS 1922 apud VASCONCELOS, 1999, p. 149). Sten de Geer²⁵, ao analisar a cidade de Estocolmo, verificou que após o processo de modernização, “a cidade continuou a se expandir em direção à periferia, não de forma concêntrica, mas ao longo das linhas de comunicação” (GEER 1923 apud VASCONCELOS, 1999, p.111).

Para Caio Prado, a distribuição do povoamento se estruturou em virtude da região da capital ser um “nó onde se articulam todas as vias de comunicação”, em razão de se localizar no “centro de irradiação de um leque de faixas”, cada qual acompanhada por uma linha de estrada de ferro e de rodagem. A cidade, assim, é definida como centro de uma região onde se volta “toda a vida do Estado”. (PRADO JÚNIOR, 1941, p. 48).

Desse modo, é possível observar que o autor estabelece uma relação entre a cidade como centro de uma região, configuração física e vias de transporte. Robert Park²⁶ (1926 apud VASCONCELOS, 1999, p. 148), fundador da Escola de Sociologia de Chicago, em seu

²² “ de Geer menciona, no caso de Estocolmo, a existência de zonas concêntricas na cidade, de tipo de transição entre norte-americano e o europeu, o que lembra a famosa proposta de Burgess sobre Chicago, de 1922, publicada em 1925” (VASCONCELOS, 1999, p. 112).

²³ BURGESS, Ernest W. O crescimento da cidade: introdução a um projeto de pesquisa. In: PIERSON, D. (Org.). *Estudos de ecologia humana*. São Paulo: Martins Fontes, 1970. p. 353-368. The Growth of the City: na Introduction to a Research Project. c 1922.

²⁴ Nesse esquema teórico a cidade seria dividida em círculos: (I) o Loop (centro de negócios); (II) seguida pela zona de transição, invadida pelo comércio e pela manufatura leve; (III) em seguida, uma zona de moradia de operários; (IV) depois, por uma zona residencial de prédios de apartamentos de alto padrão, ou de bairros de casa individuais; (V) e finalmente pelas áreas suburbanas e cidades satélites. (VASCONCELOS, 1999, p. 149)

²⁵ GEER, Sten de. Greater Stockholm: A geographical interpretation. *The Geographical Review*, n. 13, p. 497-506, (10/1923).

²⁶ PARK, Robert E. A Comunidade urbana como configuração espacial e ordem moral. In: PIERSON, D. (Org.). *Estudos de Ecologia humana*. São Paulo: Martins Fontes, 1970. p. 127-142. Tradução de: The Urban Community as a Spatial Pattern and a Moral Order. C1926.

artigo²⁷, afirma que uma cidade moderna seria o centro de uma região e que suas linhas gerais seriam determinadas pelas vias de transportes e pela geografia local.

Assim, para Caio Prado, os fatores geográficos ganham grande destaque na constituição da estrutura demográfica. Além disso, foram responsáveis pela “situação” privilegiada de São Paulo. Em razão disso, “[...] todas as funções de uma capital no sentido integral da palavra: centro político e administrativo, social e cultural” (PRADO JÚNIOR, 1941, p. 54-55) se concentraram em São Paulo graças a sua posição de centro geográfico e econômico. Nessa passagem, é possível notar que a ideia de posição entra na discussão do autor, mas com um novo sentido: não é apenas uma posição física, mas também econômica. Para Robert Park (1926 apud VASCONCELOS, 1999, p. 148), a localização e a posição são importantes índices para a descrição e explicação de fenômenos sociais.

Entretanto, ao relacionar a posição de São Paulo como centro geográfico e econômico à situação geográfica de seu sítio, Caio Prado aponta que os fatores naturais foram determinantes nesse processo. No entanto, faz-se necessário estabelecer um contraponto à discussão, pois São Paulo se constituiu em centro geográfico e econômico devido às implicações do capitalismo na divisão regional e interna do trabalho, uma vez que:

[...] como modo de produção dominante de uma formação econômico-social, pressupõe a existência de formas avançadas de divisão do trabalho e a permanente redefinição das proporções e do significado social e territorial desta divisão (GOLDENSTEIN; SEABRA, 1982, p. 21).

b) O papel da industrialização

De acordo com a análise de Caio Prado, a localização da indústria na capital ocorreu condicionada a fatores geográficos, sobretudo os naturais. Entre esses fatores, o autor cita a posição de São Paulo como centro de comunicação regional; a proximidade com o porto de Santos; a existência do rio Tietê, que somado ao solo acidentado viabilizava a energia hidráulica, muito importante para a indústria no período em que Caio Prado escrevia o artigo. Nessa parte, é destacada mais uma vez a importância da Serra do Mar – dessa vez para a produção de energia.

Nesse contexto, afirma que a indústria foi a “mola mestra” no desenvolvimento por desempenhar um papel de importância na cidade, uma vez que impulsionou o desenvolvimento urbano paulista nos moldes “[...] dos grandes centros urbanos

contemporâneos". Nesse processo, a política de atração de imigrantes, que abasteceram a indústria com sua força de trabalho, foi a responsável pelo crescimento demográfico (PRADO JÚNIOR, 1941, p. 59-60).

Ao relacionar industrialização e urbanização, portanto, o autor destaca o papel da imigração no crescimento urbano. Ainda, divide os fatores em dois tipos: os internos e os gerais. Os internos seriam aqueles ligados à localização e às circunstâncias naturais, o que ele chama de “[...] centro natural e ponto de convergência de uma grande região altamente favorável ao desenvolvimento e progresso do homem” (PRADO JÚNIOR, 1941, p. 61). Nos fatores de ordem geral, encontra-se a imigração. Entretanto, o autor não aprofunda a análise no tocante à política de imigração e apenas ressalta sua contribuição para a indústria e para o crescimento demográfico, o que alterou o modo de vida na cidade. Assim, ele inclui a análise do urbano em seu estudo e, mesmo que não de maneira detalhada, essa análise representa uma novidade. Ele introduz essa nova abordagem em relação ao texto anterior, porque, com o fortalecimento do parque industrial e com a diversificação da indústria, a fisionomia da cidade passava por mais uma alteração e o estado de São Paulo firmava-se como o maior centro cultural do país. Caio Prado era contemporâneo do contexto no qual a influência de São Paulo atingia outros estados, tornando-se a metrópole regional. Ou seja, o autor estava inserido dentro do processo de transformação que a cidade sofria.

Assim, a indústria foi o fator geográfico que possibilitou o desenvolvimento de São Paulo, sua transformação em “locomotiva do Brasil”. Isso porque, na visão do autor, a cidade apresentava condições prévias para sua localização e seu desenvolvimento. Outro ponto a destacar é que o autor estava interessado nas transformações que a indústria provocava na cidade. Esse tema também foi tratado por Ernest W. Burgess²⁸ (1922 apud VASCONCELOS, 1999, p. 149), teórico da Escola de Chicago, que considerava as transformações provocadas pela indústria na cidade um fato notável na sociedade moderna que corresponderia à transição para a civilização urbana.

Para Caio Prado, foi por meio da indústria que São Paulo se tornou preeminente e passou a se projetar para outras áreas. Isso porque, sob a influência dos estudos geográficos realizados em seu tempo, notou que em São Paulo existia a união de todos os fatores geográficos, formando um sistema do qual a cidade é o centro. A cidade se tornou o centro

²⁸ BURGESS, Ernest W. O crescimento da cidade: introdução a um projeto de pesquisa. In: PIERSON, D. (Org.). **Estudos de ecologia humana**. São Paulo: Martins Fontes, 1970. p. 353-368. The Growth of the City: an Introduction to a Research Project. c1922.

geográfico e econômico porque todas as funções administrativas, econômicas, políticas e culturais se fixaram nela.

Complementando a discussão, Goldenstein e Seabra (1982) esclarecem que a cidade é produto e condição da organização do espaço pelo capital. Para os autores, há, além da precedência da cidade “tradicional”²⁹, a precedência de um espaço social que condiciona a implantação da indústria que, por sua vez, o transforma e redefine qualitativamente a rede urbana em função das novas necessidades de acumulação.

Assim, o processo de trabalho implica na utilização de meios materiais que, por sua vez, possuem uma dimensão espacial. Tal utilização leva a divisão social e técnica do trabalho a ter dimensão territorial (GOLDENSTEIN; SEABRA, 1982).

Sob o capitalismo, não há uniformidade no desenvolvimento das atividades econômicas entre os ramos e setores. Porém, Caio Prado afirma que a indústria escolheu a localização de São Paulo como centro principal em razão das vantagens proporcionadas pelo conjunto de fatores existentes.

Entretanto, como contemporâneo das transformações pelas quais passava São Paulo, talvez não conseguisse vislumbrar a essência desse processo, pois o contexto no qual a cidade se tornava “mola mestra” do território nacional corresponde, segundo Goldenstein e Seabra (1982, p. 23), a “desigualdades nas relações entre os ramos de diferentes graus de composição orgânica do capital” que se manifestam de forma desigual nos territoriais, mas ao mesmo tempo de maneira combinada, em razão do intercâmbio privilegiar os ramos com maior composição orgânica em detrimento dos ramos de menor composição orgânica.

Nesse aspecto, a concentração territorial define grandes concentrações urban-industriais. Essa concentração territorial se dá, sobretudo, pela existência de vantagens de localização e de aglomeração (GOLDENSTEIN; SEABRA, 1982).

c) Estrutura interna

A análise da estrutura interna da cidade é uma questão típica do pensamento da Escola de Sociologia de Chicago (Ecologia Humana)³⁰. Segundo Vasconcelos (1999), Ernest W. Burgess, a partir de uma visão “organicista” de processo, destacou em seus estudos o uso dos processos como forma de análise para o entendimento do crescimento e da estrutura das

²⁹ GEIGER e DAVIDOCH, 1974 apud GOLDENSTEIN; SEABRA, 1982, p.44.

³⁰ A Escola de Chicago é uma escola de sociologia, conhecida como “Ecologia Humana” que se desenvolveu no contexto de transformações rápidas pela qual Chicago passava e pela sua heterogeneidade ética formada por imigrantes e seus descendentes. (VASCONCELOS, 1999, p. 146)

cidades. Diante disso, podemos inferir que Caio Prado, ao inserir em seu texto a discussão sobre estrutura urbana, faz referência ao pensamento dessa escola³¹.

Assim como em Caio Prado, o estudo sobre a cidade de Estocolmo realizado por Sten de Geer, conforme aponta Vasconcelos (1999), também é interessante para confrontar a perspectiva francesa do período, sobretudo, a partir do artigo metodológico de Blanchard que havia sido publicado um ano antes. Segundo de Geer³², “[...] leis geográficas determinariam o crescimento espacial e a futura forma da cidade, assim como a distribuição de função entre diferentes partes e a diferenciação de sua estrutura interior” (GEER 1923 apud VASCONCELOS, 1999, p. 111). Ainda no estudo sobre Estocolmo, chega à conclusão de que a cidade poderia ser dividida em quatro zonas concêntricas, sendo que menciona, “[...] a existência de zonas concêntricas na cidade, de transição entre o norte-americano e o europeu” (GEER 1923 apud VASCONCELOS, 1999, p 112).

Ainda, ao tratar da estrutura interna da cidade, Caio Prado explica que o sentido geral de seu desenvolvimento, assim como a estrutura de seu plano fundamental, deriva de sua topografia irregular. Pois, “a cidade nasceu justamente do promontório que forma a várzea do Tamanduateí de um lado e o Vale do Anhangabaú do outro, dominando aí a planície extensa formada por aquela várzea e a do Tietê, no ponto em que confluem” (PRADO JUNIOR, 1941, p. 65). Faz uma descrição detalhada, portanto, de toda a topografia da cidade, pois a geografia, para o autor, foi determinante na configuração interna (Mapa 9).

³¹ Ainda, de acordo com Vasconcelos (1999), nesse período destacam-se inúmeros trabalhos clássicos da Escola de Chicago, realizados por intelectuais europeus fundadores da sociologia urbana moderna. Desse intervalo de tempo, data o primeiro estudo geográfico sobre a cidade de São Paulo realizado por Caio Prado.

³² GEER, Sten de. Greater Stockholm: A geographical interpretation. *The Geographical Review*, n. 13, p. 497-506, (10/1923).

Mapa 9 - Mapa Geomorfológico da cidade de São Paulo

MAPA GEOMORFOLÓGICO DA CIDADE DE SÃO PAULO

Fonte: Ab'SABER, A.N. *Geomorfologia do sítio urbano de São Paulo*. Boletim 219, Geografia 12, Fac. Filosofia, Ciências e Letras da Universidade de São Paulo. São Paulo, 1957.

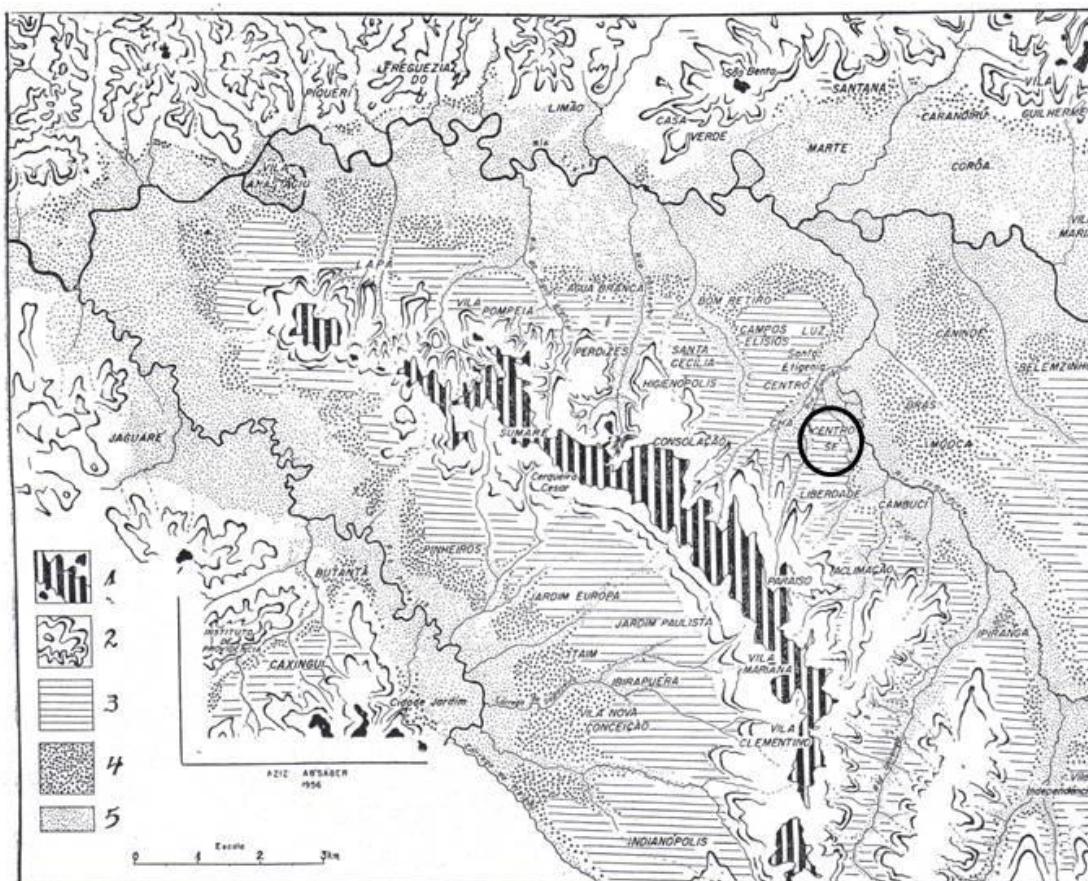


Figura n.º 35.

1. O Espigão Central (800-820 m). Plataforma interfluvial Tietê-Pinheiros: principal remanescente de superfície de erosão de São Paulo, no interior da bacia sedimentar paulistana. Nas colinas de além-Tietê e além-Pinheiros as plataformas interfluviais análogas estão muito mais dissecadas.
 2. Altas colinas e espiões secundários esculpidos nas abas das primitivas plataformas interfluviais das colinas paulistanas (750-795 m).
 3. Terraços fluviais de nível intermediário (745-750 m). Principal nível de strati-terrace das colinas paulistanas. Plataformas interfluviais secundárias esculpidas nas abas do Espigão Central e dotadas de uma tabularidade local marcante.
 4. Baixos terraços fluviais dos vales de Pinheiros, Tietê e seus afluentes principais. Nível de terraços flúvio-aluviais de tipo fill terrace, em geral mantidos por cascalheiros e aluviões抗igos. A mapeação dos baixos terraços dos vales secundários tem um grau de precisão muito relativo. Altitude Média dos baixos terraços: 725-730 m.
 5. Planícies aluviais de Tietê-Pinheiros e seus afluentes. Em geral dotadas de dois níveis aluviais: um, raso, baixo e submersível, outrora afetado por cheias anuais; e, outro, ligeiramente mais alto e menos encharcado sujeito apenas às cheias periódicas. Nível médio das planícies: 720-722 m.

Nota: Não foram mapeados os terraços estruturais mais elevados e nem os pequenos casos de terraços desdobrados.

Fonte: São Paulo (SP). Comissão do IV Centenário, 1954. Álbum São Paulo Antigo; Plantas da Cidade.

Além disso, tentando explicar os processos envolvidos no crescimento e na forma que se configura a estrutura da cidade de São Paulo, o autor afirma que foi a partir do promontório que se “irradiou” a cidade; e as linhas pelas quais ocorreu esta irradiação acompanharam as estradas antigas, fixando “o traçado das grandes artérias” da atualidade. A partir disso, a cidade foi delineada e seu crescimento balizado. (PRADO JÚNIOR, 1941).

Dentro do tema, ainda, o autor procura caracterizar a urbanização da cidade. Descreve que as ferrovias desempenharam um papel na ocupação, pois atraíram as indústrias que, por sua vez, levaram à criação de bairros operários. Ainda, aponta a existência de certas determinações que explicam a direção do crescimento da cidade, bem como que a urbanização se deu de maneira interrompida, com algumas áreas urbanizadas e outras, não.

Outro teórico pertencente à escola de Chicago, Roderick Mckenzie³³ (1921 apud VASCONCELOS, 1999, p. 150), ao realizar um estudo sobre uma determinada cidade, o iniciava a partir da análise da estrutura interna. Para esse teórico, a grande cidade teria uma forma circular ou estrelada, cujos tipos de crescimento poderiam ser centrífugo ou axial.

Donald Pierson³⁴ (1943 apud VASCONCELOS 1999, p. 158) destacou que o crescimento da cidade tem início no centro, expandindo-se para a periferia, defendendo que esses processos de expansão das cidades seriam representados por círculos concêntricos.

Nesse sentido, no artigo de 1941, pode-se inferir que Caio Prado não se deteve apenas à visão francesa no estudo das cidades; ele procurou outros métodos que pudessem complementar o pensamento sobre a cidade. Isso é interessante destacar, pois reafirma a ideia de que seu estudo sobre a cidade de São Paulo não foi apenas pioneiro, mas também aponta para um pensamento interdisciplinar na medida em que buscou trabalhar com uma perspectiva de totalidade.

d) A especulação imobiliária

No período em que Caio Prado analisava a cidade, São Paulo era composta por um núcleo central que ocupava o maciço cercado pelas várzeas do Tietê, Tamanduateí e Pinheiros, mas também por bairros frutos da especulação de terrenos.

³³ MACKENZIE, Roderick. *Le voisinage une étude de l' avie locale a Columbus. Ohio*. In: GRAFMEYER, JOSEPH. **L'Ecole de Chicago**. Paris: Aubier, 1994. p. 213-254. Tradução de : *The Neighborhood: a Study of Local Life in the City of Columbus, Ohio*. C1921.

³⁴Teórico da Escola Sociológica de Chicago. Em 1943 foi transcrito, no Boletim Geográfico, o artigo Estudo da Cidade. Foi um grande divulgador da Ecologia Humana no Brasil. (VASCONCELOS, 1999, p. 157-158)

Analisando a paisagem da cidade, o autor observou que os terrenos eram parcelados, geralmente, à revelia da lei e, assim, originaram bairros de aparência desordenada, que não se ligavam entre si e que não formavam um sistema lógico e de conjunto com a cidade, gerando, inclusive, grandes áreas desabitadas entre si.

Em sua visão, a cidade aparece como caótica na medida em que observa que os bairros nasceram ao acaso, por conta da especulação de terrenos que eram divididos em lotes e parcelados em prestações, tornando-se “o maior veio de ouro que se descobriu nesta São Paulo de Piratininga do século XX” (PRADO JÚNIOR, 1941, p. 74). Por esse motivo, o autor explica que muitos desses bairros se desenvolveram porque eram vendidos com maiores facilidades de pagamento e acompanhados por uma propaganda mais efetiva, não porque o local escolhido era o melhor ou ia de encontro às necessidades mais imediatas da cidade.

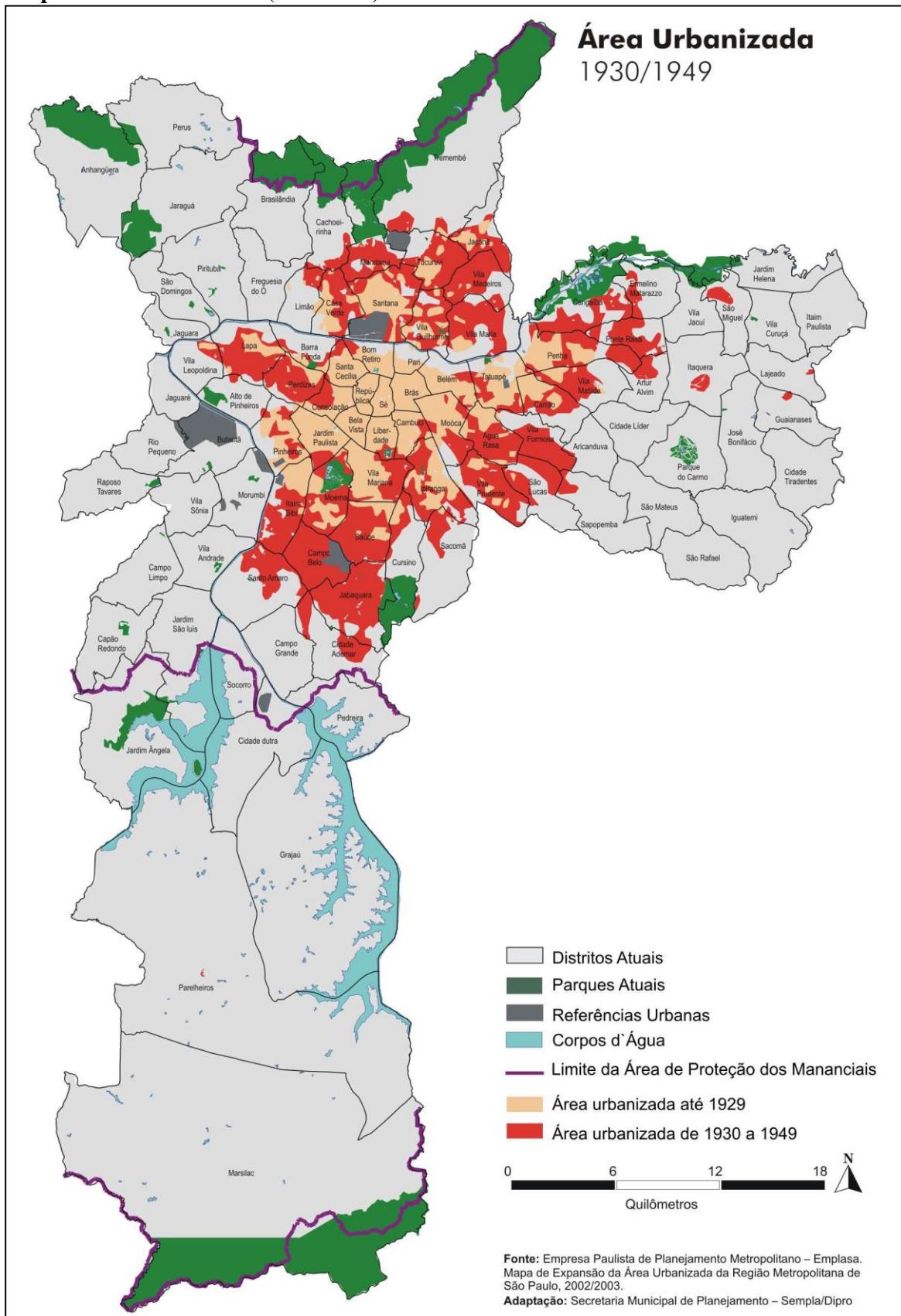
São Paulo, desse modo, crescia nos moldes da especulação de terrenos, os limites da cidade se expandiam e os bairros eram formados dentro desse parâmetro. A partir da década de 20 (Mapa 10), terrenos foram loteados e urbanizados. Entre as décadas de 30 e 40 (Mapa 11), houve a ampliação das áreas urbanizadas, porém, essas áreas continuavam situadas no entorno do centro.

Mapa 10 - Planta da cidade de São Paulo, mostrando todos os arrabaldes e terrenos arruados, em 1924



Fonte: São Paulo (SP). Comissão do IV Centenário, 1954. Álbum São Paulo Antigo; Plantas da Cidade.

Mapa 11 - Área urbanizada (1930-1949)



Fonte:http://smdu.prefeitura.sp.gov.br/historico_demografico/img/mapas/urb-1940.jpg. Acesso em 28/05/2015.

A partir dessa discussão, é possível notar que no segundo artigo há elementos mais complexos na análise do autor. Sobretudo, destaca-se a noção de especulação imobiliária como produtora da urbanização de São Paulo, demonstrando que o autor se depara com um paradoxo que não se resolve com o aporte teórico da Geografia Clássica calcado no empirismo e na descrição dos fenômenos. Pois, um estudo baseado apenas na observação da paisagem não era suficiente para responder as questões que se colocavam.

Nesse momento, nota-se o uso da influência marxista para tentar explicar o processo que ocorria na cidade no período em que a estudava. Isso significa que o autor parece se dar conta de que o suporte teórico da Geografia Clássica, pela qual era influenciado, não era capaz de resolver esse paradoxo. A partir desse momento, percebe-se que procura buscar na sua formação marxista o complemento que lhe faltava para resolver a questão, dotando a análise de um caráter mais econômico. Em razão disso, inferimos que o autor se aproxima mais da essência dos processos em detrimento de uma análise baseada apenas na aparência.

Nesse sentido, sua análise permite apontar que a urbanização passou a ser estruturada em função do valor do solo urbano, uma vez que os processos de industrialização tinham possibilitado a aceleração da urbanização. Enquanto isso, os bairros formavam-se frutos da especulação de terrenos. Esse processo se realizava porque, segundo o autor, os especuladores conseguiam os terrenos a preços baixos, ou até por preço algum, através do sistema de “grilo”, e não precisavam fazer mais do que traçar as ruas, por vezes, apenas no papel e repassá-los aos compradores, que podiam ser facilmente encontrados devido ao crescimento da cidade. (PRADO JÚNIOR, 1941).

O poder público não interferiu nesse processo e, em razão disso, surgiram “bairros desarticulados” e “desordenadamente” distribuídos na paisagem urbana. Observando essa paisagem, o autor conclui que o resultado dessa prática foi o surgimento de um traçado desconexo que não forma um conjunto lógico com a cidade, como deveria ser uma cidade planejada.

Assim, de acordo com sua observação, apenas o maciço central da cidade e o seu entorno se apresentavam como área urbanizada, sendo que os bairros mais afastados careciam de melhor estrutura de comunicação, apareciam como manchas isoladas pontuais. Continua:

[...] São Paulo é uma cidade que ainda espera ser urbanizada, no sentido integral da palavra; espera ser organizada, que todas suas partes se integrem num sistema geral de comunicação e vias públicas, onde os melhoramentos e serviços, como seria elementar, se estendem homogeneamente sobre toda a área ocupada. Está aí, certamente, o maior programa de obras urbanísticas que São Paulo hoje apresenta (PRADO JÚNIOR, p. 75-76).

Esse processo, na visão do autor, se soma ao fato de que a estrutura da cidade de São Paulo foi influenciada por fatores geográficos que a tornaram uma cidade descontínua e caótica, onde há a alternância de grande centro urbano, modesto povoado de roça e zona de sertão, no entanto progresso da cidade vai suprimindo todos esses aspectos e a urbanização vai superando os obstáculos naturais e as dificuldades das quais o rápido crescimento da cidade não teve tempo de cuidar.

Assim, Embora o autor busque uma explicação mais econômica na análise da relação entre urbanização e especulação imobiliária, ao tratar da estrutura interna baseada na fisionomia da cidade reforça sua visão empirista e naturalista. Outro ponto a se destacar é que a cidade é a cidade obstáculo, porém a urbanização é vista como a possibilidade de superação desse obstáculo.

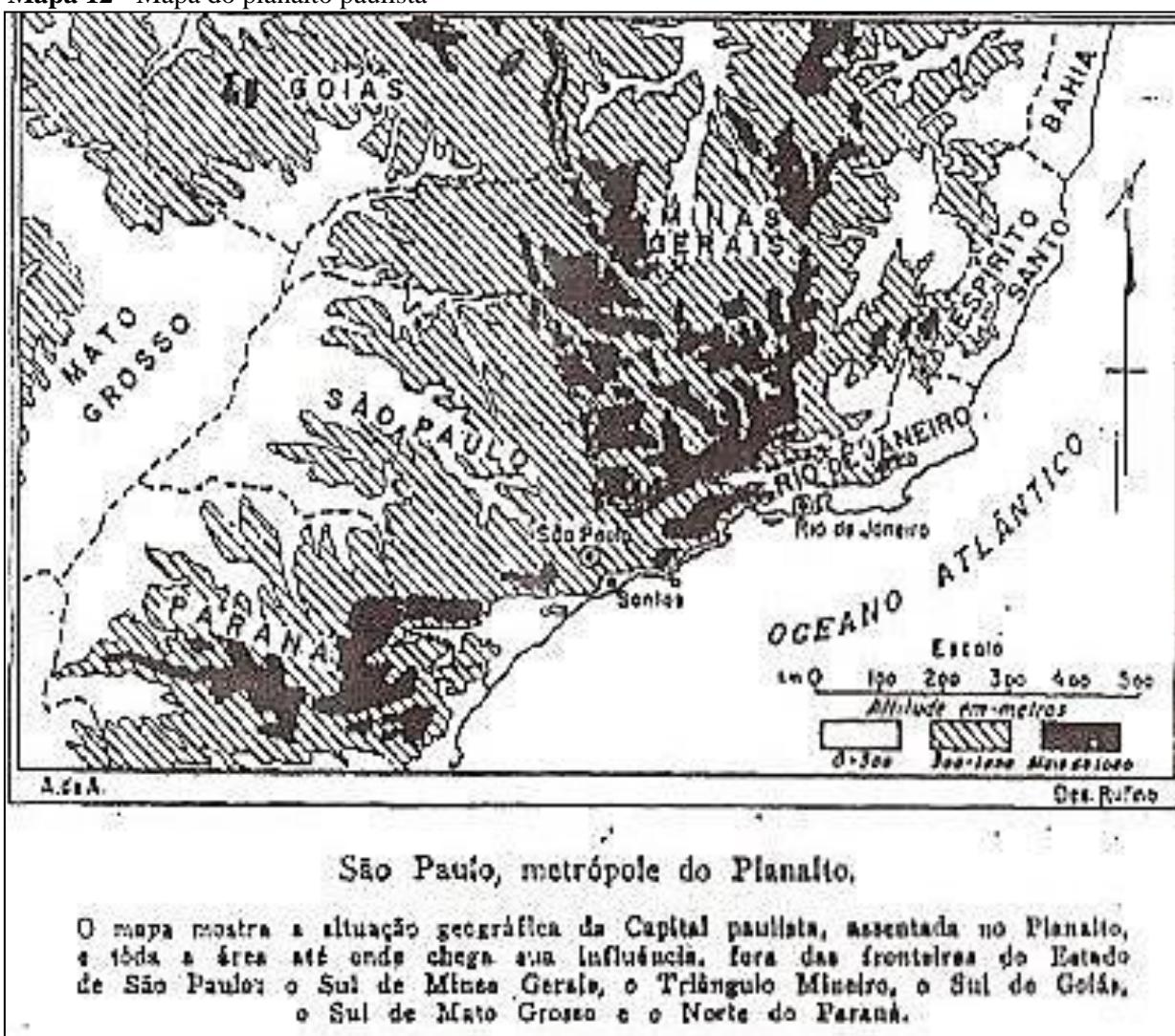
e) O papel central da cidade

Outro aspecto importante discutido pelo autor é a questão do comando de uma região. Sobre esse ponto, afirma que:

O Exterior fez São Paulo: é o desenvolvimento e a riqueza da região do país de que ocupa o centro, que lhe impulsionou o progresso até fazer dele a grande cidade que é. Em sentido contrário agiu a cidade, estendendo ao seu redor e para longe, num largo círculo que a expansão do organismo paulista vai tornando cada vez maior, a sua influência. Influência complexa e múltipla que não caberia abordar aqui em seu conjunto, mas que pertence, sem dúvida, em alguns de seus aspectos, à geografia (PRADO JÚNIOR, p. 80).

Para o autor, a cidade de São Paulo é um grande centro urbano irradiador de estímulos que despertam atividades e transformações ao seu redor, mesmo que à grande distância (Mapa 12). Essas transformações e atividades, em sua visão, são importantes objetos à geografia. Nesse sentido, descreve São Paulo como uma cidade região, pois a cidade de São Paulo é um grande centro urbano que fornece o impulso para transformar outras localidades. O urbano de São Paulo, desse modo, deve ser o objeto da Geografia, uma vez que a sua dinâmica de sua atuação não se estende apenas à vida econômica, mas, sobretudo, à paisagem. (PRADO JÚNIOR, 1941)

Mapa 12 - Mapa do planalto paulista



Fonte: Azevedo, A. de (1961, p.16).

Assim, analisando as ideias desse autor sobre o papel central da cidade, verificamos que, segundo seu pensamento, o crescimento de São Paulo provocou várias formas de atividades ao seu redor. Inclusive no “semideserto”³⁵ paulista, onde fatores econômicos provocaram seu povoamento e sua utilização pelo homem (PRADO JÚNIOR, 1941, p. 82).

Além disso, sua explicação procura demonstrar que a cidade de São Paulo influenciou a vida econômica de setores mais distantes, atingindo outros estados. Desse modo, dialogando com a Geografia Clássica, sobretudo com a Escola de Chicago, afirma que a formação de um grande centro urbano como São Paulo provocou transformações nele e na própria estrutura

³⁵ Caio Prado precede o autor Jean François Gravier, autor do livro *Paris et le Désert François* “[...] nessa observação de que, por circunstância da história, as grandes cidades tendiam, num primeiro momento, a criar o deserto. Da mesma maneira que no período científico-técnico as grandes cidades começam a atrair para junto delas não somente a população, mas também as atividades”. (SANTOS, 1989, p. 428).

orgânica do país. Sendo que a própria urbanização reflete e revela o caráter dominante da acumulação industrial, esse processo seria o resultado da divisão territorial do trabalho.

Entretanto, na medida em que Caio Prado tentava entender a posição da cidade de São Paulo como centro de uma região, Goldenstein e Seabra (1982) demonstram que grandes recursos financeiros puderam ser aplicados em obras estaduais de infra estrutura nos estados onde a industrialização permitiu uma forte acumulação de capital. De maneira que, nesses estados, a região urbana, especialmente de São Paulo, além de se estender a todo o seu território, como tendência, expande-se com a expansão da economia, para os territórios dos estados vizinhos.

Continuam Goldenstein e Seabra (1982, p. 45):

Enfim, na medida em que o modo de produção capitalista se aprofunda em uma formação econômico-social, aprofunda-se também a divisão social e territorial do trabalho e, neste sentido, a criação-transformação e desenvolvimento da organização urbana é produto e condição de sua reprodução. Mas, na medida em que o modo de produção não se apresenta de forma pura, na medida em que as formas de valorização dizem respeito a uma característica essencial do movimento da realidade, sua dimensão econômico-política territorial “sobre determina” as variações, as sub-redes urbanas que constituem a rede urbana de uma formação social nacional toda articulada, como no Brasil, e são os elementos básicos para a regionalização.

f) Outras questões

A discussão do planejamento é outro aspecto da análise do autor. Nela, estabelece uma relação com a questão da especulação imobiliária, uma vez que a formação dos bairros pelo processo de especulação produziu uma cidade descontínua, pois não formaram uma sucessão ininterrupta como seria em uma cidade planejada. (PRADO JÚNIOR, 1941).

Outra questão tratada é com relação ao termo “zoning”. Sobre essa questão, passando a falar sobre a distribuição dos tipos de setores urbanos dentro da cidade, denominados “zoning”, menciona os termos “classe superior e classe proletária”, noções que demonstram o uso de termos do pensamento marxista em sua interpretação.

Ao fim da análise das ideias de Caio Prado sobre a cidade, no artigo de 1941, verificamos que o autor aponta para uma definição de cidade que se revela descontínua em função dos fatores naturais e, por conta disso, se apresenta como um caos onde ocorre a coexistência de contrários, pois engloba “[...] aspectos de grande centro urbano, modesto povoado de roça, ou mesmo zona de sertão” (PRADO JÚNIOR, 1941, p. 78).

3 UMA CONCEPÇÃO DE CIDADE EM CAIO PRADO JÚNIOR: ORIGINALIDADE E AMBIGUIDADE

Discutir o pensamento de Caio Prado é uma tentativa de extrair sua concepção de cidade de maneira a aprofundar a produção do conhecimento e desvendar sua contribuição para pensar a cidade hoje.

A análise comparativa dos artigos do autor possibilitou elucidar a contribuição de seu pensamento para a geografia urbana e, assim, compreender a concepção de cidade do autor.

No primeiro artigo, sob influência da escola francesa de geografia, a cidade é tratada pelo autor como uma forma natural, um organismo vivo onde o homem supera os obstáculos à medida que entra em contato com essa forma. É uma forma exterior à sociedade, assim como em La Blache, a cidade seria apenas “o palco da atividade humana” (CARLOS, 2009a).

Já no segundo artigo, foi possível observar novos elementos no pensamento do autor, alguns processos sociais passam a fazer parte de sua análise à medida que trabalha com uma abordagem mais econômica, em uma época em que, no Brasil, a produção do conhecimento sobre a cidade era realizada a partir do método monográfico que, ao contrário, não considerava os processos sociais. Além disso, a partir de alguns indícios, pode-se inferir que também estabeleceu diálogo com a escola de Chicago. Nesse momento, foi possível observar uma ambiguidade no pensamento do autor, pois junto com a visão naturalista sobre a cidade, encontram-se elementos econômicos de uma formação marxista. A partir desse quadro, foi possível verificar uma mudança em sua concepção de cidade, que passa a ser considerada como um caos urbano onde coexistem contradições.

Essa mudança de enfoque analítico em seu estudo converge com a afirmação, já tratada neste trabalho, de Secco (2010), de que Caio Prado em sua relação com a geografia teria se preocupado em realizar uma crítica direcionada à geografia clássica.

É importante frisar que o autor realizou o primeiro estudo sobre a cidade imbuído da produção da chamada Geografia Clássica, mas trouxe, no artigo de 1941, elementos mais complexos de análise ao tentar entender o processo de urbanização. Devido às limitações da época, é necessário renovar seu pensamento com a perspectiva da geografia crítica contemporânea. Entretanto, é bom ressaltar que nosso posicionamento é de não descartar as produções anteriores, pois acreditamos no processo cumulativo da produção do conhecimento. Desse modo, é necessário recuperar o legado da Geografia Clássica sem deixar de apontar suas limitações, como ressalta Abreu (1994, p. 233), ao afirmar que se por um lado, a proposta “empirista-naturalista parece pertencer hoje apenas à história do pensamento

geográfico, sua rica produção científica constitui-se ponto de partida fundamental para o avanço teórico e conceitual da geografia”.

Como dito anteriormente, para Caio Prado, no segundo artigo, a cidade ainda é um organismo, mas também é uma realidade urbana em progressiva transformação que se constitui de maneira descontínua em um conjunto que engloba uma coexistência de contrários. Ideia que expressa uma ambiguidade, pois ao mesmo tempo em que trabalha com o termo “organismo”, muito utilizado pela geografia Clássica, sobretudo pela escola de Chicago, também inclui a ideia de uma realidade dinâmica em profunda transformação que é, portanto, construída histórica e socialmente.

A originalidade desse autor pode ser apontada pelo fato de que, enquanto os estudos de geografia urbana dos anos de 1930 a 1940 eram realizados preferencialmente por meio da perspectiva positivista e descritiva da monografia urbana, o autor, no segundo artigo, procurou trabalhar com temas que estavam à frente da produção da época dos estudos sobre a cidade no Brasil. Em sua geografia urbana, portanto, nota-se uma maior profundidade de análise se comparada com as de seus contemporâneos. Esse pioneirismo talvez seja fruto de sua formação marxista.

No entanto, há uma ambiguidade, pois, além do marxismo, ao explicar a estrutura da cidade, ele estabelece uma relação de diálogo com a Escola de Chicago. O diálogo com essa escola de pensamento se evidencia na utilização de termos como forma, estrutura, faixas radiantes e anéis concêntricos.

Outro ponto da novidade de seu pensamento é a visão de sistema. Nessa visão, aborda a ideia de *pólos* que não se separam. Lugares distantes que se conectam por uma relação de complementaridade. Assim, esboça uma totalidade no sistema de duas cidades, formando um duplo que se complementa.

Também se pode assinalar a forma como o autor explora os temas da geografia. Ao estabelecer a aproximação com a geografia, a assimila e ao mesmo tempo incorpora a visão histórica, uma vez que entende a realidade e o conhecimento como uma totalidade.

3.1 Recuperando o pensamento de Caio Prado sobre a cidade à luz da geografia crítica contemporânea

Analizando a produção contemporânea brasileira de 1983 a 1989 sobre a cidade, Abreu demonstra que as linhas de investigação que caracterizam a pesquisa crítica sobre a cidade são muito diversas:

Todas teriam em comum o pressuposto de que a cidade (ou espaço urbano) e prática social são interdependentes. Todas têm em comum, também, um compromisso com a transformação da sociedade que se estuda (ABREU, 1994, p. 265).

Entre as linhas de investigação contemporânea sobre cidade analisadas por Abreu, destacamos a que relaciona espaço e reprodução do capital. Corrente teórica que visa demonstrar, na análise da cidade, que o capital é uma das categorias determinantes.

Ainda, o autor, ao analisar a produção geográfica crítica (1994), demonstra que novas fronteiras explicativas do urbano foram propostas por geógrafos, tais como Ana Fani, Amélia Damiani, Odete Seabra e Milton dos Santos e outros, que contribuíram para a afirmação da geografia crítica no país. Ana Fani A. Carlos debruçou-se sobre um tema teórico apontando para “[...] o papel e o significado assumidos pela cidade nas diversas fases de evolução da sociedade de classes, especialmente no modo de produção capitalista” (CARLOS, 1979 apud ABREU, 1994, p. 263).

Diante do exposto, a recuperação ou a revisão do estudo sobre a cidade de Caio Prado a partir de pressupostos da geografia urbana crítica, sobretudo com as ideias de Ana Fani A. Carlos e Amélia Damiani, é necessária para o desvendamento dos conteúdos da cidade e não apenas para a descrição de sua forma.

A contribuição de Caio Prado se dá pelo fato de apesar de estabelecer uma relação de diálogo com a Geografia Clássica, sua interpretação traz elementos que aparecem mais tarde na geografia crítica.

Entre as novidades, é importante destacar a questão da especulação imobiliária, do artigo de 1941. É um tema inovador sobre a cidade no período em que se inseria o artigo, pois os estudos feitos na década de 40 não consideravam a análise econômica e social, privilegiando apenas a descrição da paisagem, conforme já assinalado. Em sua interpretação, o autor nos revela sua percepção quanto à estruturação interna da cidade de São Paulo feita pela especulação imobiliária. Incorpora, assim, a análise do urbano na cidade. Novos bairros surgem num panorama onde terrenos vazios são deixados de lado a fim de esperar a valorização monetária, o que aponta para um conteúdo mais crítico da urbanização. Enquanto bairros novos são formados, há de se considerar a demanda de toda uma infraestrutura. Aprofundando o pensamento do autor, Damiani (2004) explica que há um processo de capitalização do urbano, uma vez que investimentos imobiliários incluem uma reconfiguração constante do urbano na metrópole, transformando o urbano em negócio. O que leva a uma urbanização crítica e, em razão desse processo, não há urbano para todos.

Caio Prado, no artigo de 1941, ao introduzir essa questão, antecipou um viés que, segundo Abreu (1994), considera o modo de produção capitalista responsável pelo processo de apropriação diferenciada do solo urbano pelas diversas classes sociais, perspectiva de pensar espaço urbano que só seria inaugurada anos mais tarde por geógrafos como Ariovaldo Umbelino de Oliveira, em 1978, com seu estudo sobre a lógica da especulação imobiliária.

Entretanto, apesar da originalidade de Caio Prado ao associar a especulação imobiliária com a urbanização, o autor não percebeu que “o uso diferenciado da cidade demonstra que esse espaço se constrói e se reproduz de forma desigual e contraditória. A desigualdade espacial é produto da desigualdade social” (CARLOS, 2009a, p. 23). Nesse sentido,

[...] a cidade aparece como um bem material, como uma mercadoria consumida de acordo com as leis da reprodução do capital. O processo de produção da cidade tem por característica fundamental produzir um produto que é fruto do processo social de trabalho, enquanto processo de valorização, que aparece sob a forma de mercadoria, que se realiza através do mercado; isto é, a terra urbana é comprada e vendida no mercado imobiliário enquanto mercadoria (CARLOS, 2009a, p. 27-28).

Assim, apesar de seu pioneirismo e do salto qualitativo que realizou no artigo de 1941, o autor analisa a cidade por sua aparência, ou seja, por sua fisionomia. No entanto, ao contrário do artigo de 1935, no segundo artigo ele procura entender o urbano na cidade. Porém, realiza uma análise ainda de fora, ou seja, não desvenda a “natureza da cidade”.

Caio Prado foi um historiador voltado para a realidade concreta, como afirmou Cândido (1989), muito ligado à observação dos fenômenos. Um historiador que valorizava a paisagem na tentativa de integrar, em seus estudos de geógrafo, as formas sociais na paisagem.

Isso significa que, para ele, a cidade é o que aparece aos olhos, “no plano do imediato, do diretamente perceptível, como concreto diretamente visível e percebido, formas, caos” (CARLOS 2009a, p.11). Diante disso, revela uma noção de cidade apoiada na aparência, noção que, segundo Carlos (2009a, p. 13), “[...] tem como ponto de partida a construção de uma imagem que as pessoas fazem de cidade”.

A leitura empírica e descritiva da cidade realizada pela Geografia Clássica não foi suficiente para explicar a cidade e, em razão disso, surgiu um novo tipo de trabalho que, segundo Abreu (1994, p.250), “[...] objetivava identificar não apenas os mecanismos perversos que estavam em funcionamento no sistema social, mas também as diversas dimensões através das quais eles poderiam se expressar no espaço”. Sendo assim, essa nova

perspectiva buscava ver “[...] o que se escondia atrás da paisagem visível da geografia tradicional [...]” (ABREU, 1994, p. 251). Realizando uma leitura, portanto, menos descritiva e mais analítica.

Ao contrário da concepção naturalista de cidade, que trata a cidade como uma forma autônoma do social posta para ser organizada, o exame da perspectiva da geografia urbana crítica revela que a cidade é uma materialidade social e histórica. Uma vez que a cidade é trabalho objetivado, materializado, cuja paisagem expressa os momentos históricos diferentes produzidos pela articulação entre o novo e o velho. Diante disso, o acesso à cidade se faz pela mediação de mecanismos de mercado fundamentados na propriedade privada da terra. (CARLOS, 2009a)

No artigo de 1935, a cidade concebida por Caio Prado é um organismo vivo que possui uma forma material passível de ser descrita. Além disso, a cidade é uma forma material na qual o homem, ao tomar posse, passa a superar os desafios impostos por ela. No segundo artigo, o autor passa a considerar os processos sociais na concepção da cidade, mostrando uma mudança no seu pensamento sobre a cidade da época. Essa perspectiva aponta para um salto em seu pensamento. Entretanto, é necessário atualizá-lo com o pensamento atual sobre a cidade, pois sua análise ainda estava embasada no empirismo.

Isso significa que o autor via a cidade como um fato em si mesmo, passível de ser compreendida apenas pela observação. Diante dessa perspectiva de pensamento, Carlos (2009a, p. 34) nos mostra que:

[...] a construção de um quadro teórico enquanto produção explicitamente reproduzida da realidade estudada, enquanto movimento do pensamento, da análise a partir da reflexão dos dados do real, das experiências vividas, coloca-se hoje como fundamental para a geografia contra a apologia do empirismo, do fato em si [...]

Outra questão a destacar é que a partir da análise do excerto contido no artigo de 1941, no qual Caio Prado (1941, p. 78) afirma que a cidade de São Paulo é “[...] uma cidade descontínua, em que se alternam, num caos completo, aspectos de grande centro urbano, modesto povoado de roça, ou mesmo zona de sertão”, onde ocorre, portanto, a coexistência de contrários, é possível apontar que o autor entendia a cidade a partir da noção de um caos urbano.

Destacando o papel da geografia crítica atual, Abreu (1994, p. 265) comenta que essa perspectiva de análise rejeita a “ideologia do caos urbano”, que vincula as carências e problemas urbanos às migrações, à falta de planejamento, entre outros elementos. A

produção da geografia crítica atual, por outro lado, defende que o aparente “caos urbano” reflete a lógica da acumulação capitalista.

Além disso, ao tratar a cidade pela noção de “caos urbano”, Caio Prado demonstra, mais uma vez, uma análise ligada à aparência dos fenômenos. No entanto, de acordo com Carlos (2009a, p 22), “pensar além das aparências significa refletir o fato de que a cidade é sempre tratada como algo caótico”. Assim, é necessário desvendar o que está por trás das aparências, a partir de uma perspectiva de análise que entenda o urbano enquanto processo e não somente enquanto forma. Para que as expressões sociais escondidas nas formas da paisagem possam ser reveladas.

A paisagem urbana é forma de manifestação do urbano e para a autora, nessa paisagem aparecem, aos olhos, elementos impressos pelo processo de produção do espaço urbano. Esses elementos pertencem ao campo fenomênico e não expressam a essência do processo, antes é expressão da ordem e do caos. Sendo assim, a paisagem urbana é

[...] manifestação formal do processo de produção do espaço urbano, colocando-se no nível do aparente e do imediato. O aspecto fenomênico coloca-se como elemento visível, como a dimensão do real que cabe intuir, enquanto representação de relações sociais reais que a sociedade cria em cada momento do seu processo de desenvolvimento. Consequentemente, essa forma apresentar-se-á como histórica, especificamente determinada, logo concreta (CARLOS, 2009a, p. 36).

A paisagem urbana detém um conteúdo a ser revelado pelo qual “pode ser percebido o movimento inerente ao processo de (re)produção espacial e seu conteúdo, isto é, como podemos entender a natureza da cidade”. (CARLOS, 2009a, p. 36-37)

Portanto,

A paisagem geográfica é a forma exterior, a aparência “caótica”, sob a qual se descortina a essência articulada e objetiva do espaço geográfico. Mas porque caótica? Porque o nível da aparência, do que se vê, é nível do não explicado, não entendido. Esta paisagem, este “instantâneo” que surge, à primeira vista, aos olhos do pesquisador, não é estático, mas prenhe de movimento, de vida, de uma vida rica de relações [...] (CARLOS, 2009, p. 38)

Além disso, para autora, a cidade é uma realização humana em construção contínua e ininterrupta que precisa ser analisada “por dentro”. Sendo assim, é necessário refletir sobre a natureza da cidade. Em razão disso, pode-se afirmar que o aporte teórico da Geografia Clássica não é suficiente para o entendimento da cidade por se basear na descrição do aspecto exterior da paisagem, fato que levou muitos geógrafos à ideia de cidade inacabada, vinculando-a à ideia de caos. Logo, se faz necessário estabelecer a critica a análise que apenas

descreve “o sítio da cidade baseado em seu quadro topográfico onde o plano [...] modelava a forma da cidade sobre a carta física” (CARLOS, 2009a, p.67).

Ademais, é necessário um resgate teórico-metodológico que reflita a natureza da cidade para além da análise e descrição de suas formas. A natureza da cidade deve ser pensada a partir de dois pontos de vista que são ao mesmo tempo contraditórios e indissociáveis: “[...] a partir dos pontos de vista do cidadão de um lado e do capital ou outro, enquanto unidade do diverso” (CARLOS, 2009a, p. 73).

A natureza da cidade revela-se contraditória e concentrada, pois implica

[...] numa complexa divisão espacial do trabalho; uma aglomeração que tem em vista o processo de produção norteado pelo trabalho assalariado, pela socialização do trabalho, pela concentração dos meios de produção e pela apropriação privada. (CARLOS 2009a, p. 42)

Para Caio Prado, a origem da cidade de São Paulo se deveu, além da história, às circunstâncias físicas ligadas ao sítio que ele denominou de fatores geográficos. Quando ele busca na geografia complemento para seu estudo, aproxima-se da geografia clássica como já foi demonstrado em outro capítulo. Entretanto, Carlos (2009) pensa de maneira diferente desse enfoque. Em sua tese, a cidade surgiu a partir de condições históricas específicas, portanto, não foi a partir da vila, do crescimento populacional, da extensão do sitio ou do aumento de sua densidade. A cidade se constitui ao longo do processo histórico contraindo diversas formas e conteúdos.

A concepção teórico-metodológica da autora embasa a forma de pensar o espaço geográfico através de uma dimensão histórica que considera esse espaço como produto social. Abordagem indispensável para a compreensão da natureza da cidade. Nessa perspectiva, portanto, “a cidade é uma realização humana, uma criação que vai se constituindo ao longo do processo histórico e que ganha materialização concreta, diferenciada, em função de determinações históricas específicas” (CARLOS, 2009a, p. 57).

Ao enfocar a urbanização da cidade a partir da industrialização, Caio Prado se aproxima, mais uma vez, de uma geografia urbana mais analítica na medida em que vincula o processo de urbanização à industrialização. Para ele, a industrialização produziu uma transformação na cidade e promoveu uma crescente urbanização. Entretanto, a transformação observada por ele no urbano se detém à forma da cidade, ou seja, o processo de industrialização mudou a aparência da cidade, sua paisagem urbana. Nesse sentido, sua análise não se aprofunda no entendimento do urbano a partir do modo de vida da sociedade. Pois, segundo Carlos (2009), o processo industrial teve reflexos no modo de vida urbano.

Além disso, Caio Prado analisa os motivos que levaram a indústria a se localizar na cidade de São Paulo por meio do viés da geografia clássica ao considerar os conceitos de sítio, posição e situação como determinantes. Ao valorizar as vantagens naturais como condicionantes, naturaliza os processos, uma vez que não deu ênfase à análise econômica e política inerente a esse processo.

Caio Prado procurou entender as razões do crescimento acelerado da cidade de São Paulo demonstrando que esse crescimento se realizou por meio dos processos de industrialização que transformaram a cidade ao promover uma intensa urbanização. O período em que o autor analisou se caracterizava pela hegemonia do capital industrial³⁶. O processo de produção do espaço urbano, portanto, se realizava por meio desse capital.

De acordo com Damiani (2004), o urbano deve ser entendido a partir da indústria e do processo de industrialização. Entretanto, é necessário complementar o pensamento de Caio Prado, pois, “[...] o modo como o processo de industrialização se realizou gerou uma urbanização profundamente desigual, criando separações entre o centro e a periferia como particularidade da metrópole em constituição” (CARLOS, 2009b, p. 305)

Ainda, para a autora, a compreensão do fenômeno urbano remete à questão do processo industrial no que se refere ao processo de produção. A produção e o desenvolvimento do urbano, no capitalismo, estão associados à instalação e crescimento da atividade industrial e das atividades criadas pela indústria. O urbano muda de conteúdo com o surgimento do fenômeno industrial e é na cidade, devido ao seu grau de concentração espacial, que se mostram mais claramente as contradições de classes, que podem ser observadas nas paisagens dos bairros. “É no urbano que se manifestam mais claramente as relações de produção capitalistas [...]” (CARLOS, 2009a, p.78).

Hoje, portanto, os conteúdos da urbanização são outros daqueles analisados por Caio Prado, pois o processo de acumulação mudou de sentido e de conteúdo. No período de sua análise, a acumulação estava centrada na produção. O momento caracterizado pela passagem do capital industrial para o capital financeiro implica em orientar a reflexão sobre o processo de urbanização em seu contexto mundial (CARLOS, 2009b).

No período em que Caio Prado realizou sua análise, o capital industrial impulsionava a urbanização; no processo contemporâneo, o setor financeiro se realiza por meio do espaço, produzindo-o. Isso aponta para o seguinte fenômeno, segundo Carlos (2009b, p. 305):

³⁶ No momento atual, segundo Carlos (2009, 303), ocorre no processo de urbanização uma acentuação da concentração dos setores econômicos de ponta devido à sua inserção no mercado global. Tal processo se caracteriza pela passagem da hegemonia do capital industrial para o capital financeiro.

[...] o capital financeiro se realiza hoje por meio da produção do espaço como exigência da acumulação continuada do capital, sob novas modalidades articuladas ao plano mundial, constituindo em São Paulo um eixo financeiro empresarial que se estende desde o centro da metrópole em direção ao sudoeste, ocupando áreas antigas de industrialização.

Outro ponto importante a resgatar é que Caio Prado entendia a cidade como uma centralidade, como ponto de irradiação, mas não aprofundou a análise dos processos, muito provavelmente porque era um homem de seu tempo. Atualizando essa perspectiva com o pensamento de Ana Fani Carlos, é possível pensar no momento de formação da metrópole, na medida em que ela é um ponto que ao mesmo tempo aglutina e irradia. A gênese da metrópole é o processo de industrialização em função de este ter possibilitado a transformação da cidade de São Paulo em um mercado.

No contexto contemporâneo, a cidade passa por uma nova fase. É o momento em que ocorre o processo de reprodução da metrópole pelo qual, de acordo com Carlos, o capital reproduz as relações de produção ocupando e produzindo espaço. Por outro lado, a reprodução da metrópole permite entender o processo geral de acumulação de capital.

A análise geográfica da cidade deve considerar que as relações sociais possuem uma espacialidade que é tanto social quanto histórica. Assim, o entendimento da cidade deve ser feito tendo como base a sociedade urbana em movimento, em processo de constituição (CARLOS, 2009a).

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Caio Prado escreveu dois artigos sobre a cidade de São Paulo buscando analisar as causas de seu desenvolvimento e de sua evolução urbana. Realizou, em seu estudo geográfico da cidade, uma análise embasada nos conceitos da geografia clássica. Inserido no debate metodológico entre os fundamentos da escola francesa e da escola de sociologia de Chicago, dialogou com esta última escola de pensamento em seu artigo de 1941. Sua formação marxista conferiu certa originalidade no segundo artigo, mas por conta de sua relação com a produção geográfica da época, apresenta também ambiguidade.

A influência da geografia clássica se evidencia pelo emprego do princípio da observação e do trabalho de campo, além do viés naturalista. Entretanto, no segundo artigo (1941), verifica-se “um salto qualitativo”, conforme registra Santos (1989), pois o aporte teórico da geografia clássica já não era suficiente para responder ao “paradoxo” que estava posto. Em razão disso, buscou o diálogo com a metodologia da Escola de Chicago, mas também empregou o método marxista, conferindo uma análise mais econômica ao seu estudo. Essa mistura metodológica revelou a combinação de pioneirismo, inovação, contradição e ambiguidade.

Caio Prado vivia num contexto de intensa urbanização de São Paulo e, em razão disso, esteve empenhado em compreender as transformações pela qual a cidade passava. Nessa época, a indústria havia se tornado o motor da acumulação geral e geradora de renda nacional e a urbanização do país revela a alteração na sua estrutura econômica e o caráter dominante da acumulação industrial, explicam Goldenstein e Seabra (1982).

Diante do contexto de intenso processo de urbanização de São Paulo, resultante da acumulação do capital industrial, Caio Prado tentou entender a preeminência da cidade buscando na colonização as causas para tal e, especificamente, na geografia física. Num primeiro momento, para ele, esta poderia explicar o desenvolvimento de São Paulo, porém, conforme aponta a análise do artigo *Contribuição para a Geografia Urbana da Cidade de São Paulo* (1941), a geografia física já não era suficiente, dada a realidade na qual a cidade de São Paulo se encontrava.

Seu estudo sobre a cidade foi mais analítico do que crítico, sobretudo o artigo de 1941, que procurou entender o urbano da cidade de São Paulo. Nele, desvendou a cidade como um aglomerado caótico e descontínuo.

A partir da análise de seus artigos, foi possível, por meio da geografia crítica contemporânea, extrair sua contribuição para pensar a cidade hoje como uma construção histórica e social cujo processo de urbanização foi crítico desde sua origem.

BIBLIOGRAFIA

- ABREU, M. D. A. O estudo geográfico da cidade no Brasil: Evolução e avaliação (Contribuição à história do pensamento geográfico brasileiro). In: CARLOS, A. F. A (Org.). **Os caminhos da reflexão sobre a cidade e o urbano**. São Paulo: Edusp, 1994. p. 199-322.
- _____. A cidade da geografia no Brasil: percursos, crises, superações. In: OLIVEIRA, L. L (Org.). **Cidade: História e Desafios**. Rio de Janeiro: Editora da FGV, 2002. p. 43-58.
- AB'SÁBER, A. N. Tempos e espaços na mira de um historiador. In: D'INCAO, M. A. (Org.). **História e Ideal: ensaios sobre Caio Prado Junior**. São Paulo: UNESP/Secretaria de Estado da Cultura/Editora Brasiliense, 1989. p. 407-418.
- ANDRADE, M. C. D. As rebeliões do período regencial. In: D'INCAO, M. A. (Org.). **História e Ideal: ensaios sobre Caio Prado Junior**. São Paulo: UNESP/Secretaria de Estado da Cultura/ Editora Brasiliense, 1989. p. 355-367.
- AZEVEDO, A. D. São Paulo: da vila quinhentista à metrópole regional. **Boletim Paulista de Geografia**, São Paulo, n. 39, Outubro 1961. 12-46.
- CÂNDIDO, A. A força do concreto. In: D'INCAO, M. A. (Org.). **História e Ideal: ensaios sobre Caio Prado Junior**. São Paulo: Editora UNESP/ Secretaria de Estado da Cultura/ Brasiliense, 1989. p. 23-26.
- CARLOS, A. F. A **cidade**. São Paulo: Contexto, 2009a.
- _____. A metrópole de São Paulo no contexto da urbanização contemporânea. **Revista Estudos Avançados**, São Paulo, v 23, n. 66, p -303-314, 2009b.
- DAMIANI, Amélia Luísa. Urbanização crítica e situação geográfica a partir da metrópole de São Paulo. In: CARLOS, Ana Fani A., OLIVEIRA, Ariovaldo Umbelino de (Org.). **Geografias de São Paulo: representação e crise da metrópole**.1^a edição, São Paulo: Contexto, v. 1, 2004, p. 38-50.
- DIAS, M. O. L. D. S. Impasses do Inorgânico. In: D'INCAO, M. A. (Org.). **História e Ideal: ensaios sobre Caio Prado Junior**. São Paulo: Editora UNESP/ Secretaria de Estado da Cultura/ Brasiliense, 1989. p. 377 - 406.
- GOLDENSTEIN, L.; SEABRA, M. Divisão Territorial Do Trabalho e Nova Regionalização. **Revista do Departamento de Geografia**, São Paulo, v. 1, 1982.
- GORENDER, J. Do pecado original ao desastre de 1964. In: D'INCÃO, M. A. (Org.). **História e ideal : ensaios sobre Caio Prado Junior**. São Paulo: Editora UNESP/ Secretaria de Estado da Cultura/ Brasiliense, 1989. p. 259-269.
- IANNI, O. A dialética da história. In: D'INCAO, M. A (Org). **História e Ideal: ensaios sobre Caio Prado Junior**. São Paulo: Editora UNESP/ Secretaria de Estado da Cultura/ Brasiliense, 1989. p. 63-78.

IUMATTI, P. T. **Caio Prado Jr.**: uma trajetória intelectual. São Paulo: Editora Brasiliense, 2007.

PRADO JÚNIOR, Caio. O fator geográfico na formação e no desenvolvimento da cidade de São Paulo. In: **A cidade de São Paulo**: geografia e história. São Paulo: Editora Brasiliense, 2^a edição, 1989. p.7-37.

_____. Contribuição para geografia urbana da cidade de São Paulo. In: **A cidade de São Paulo**: geografia e história. São Paulo: Editora Brasiliense, 2^a edição, 1989. p. 38-93.

PETRONE, P. Breve estudo sobre o sítio urbano de São Paulo. In: **Filosofia Ciências e Letras**, São Paulo, n. 10, 1948.

RICUPERO, B. **Caio Prado Jr. e a nacionalização do marxismo no Brasil**. Dissertação (Mestrado em Ciências Políticas - Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas - USP) Universidade de São Paulo, São Paulo, 1997.

SANTOS, M. Renovando o pensamento brasileiro. In: D'INCAO, M. A. (Org.). **História e ideal** : ensaios sobre Caio Prado Junior. São Paulo: Editora UNESP/ Secretaria de Estado da Cultura/ Brasiliense, 1989. P. 419-433 .

SECCO, L. **Caio Prado Júnior**: o sentido da revolução. São Paulo: Boitempo, 2008.

SECCO, L. **Caio Prado Júnior**: geógrafo. In: II Encontro Nacional de História do Pensamento Geográfico, 2010, São Paulo. Anais do II Encontro Nacional de História do Pensamento Geográfico. São Paulo: Fapesp. 2010. p. 293-306.

VASCONCELOS, P. D. A. **Dois séculos de pensamento sobre a cidade**. Ilhéus: Editus, 1999.